



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

MÍDIA E EDUCAÇÃO

*Diana Barbosa
Marta Avancini
Miriam Pragita*



*Uma análise da
cobertura jornalística
entre 2016 e 2017*



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

MÍDIA E EDUCAÇÃO

*Diana Barbosa
Marta Avancini
Miriam Pragita*



*Uma análise da
cobertura jornalística
entre 2016 e 2017*

Brasília, 2021

Publicado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e a Representação da UNESCO no Brasil, em cooperação com o Ministério da Educação (MEC), a ANDI – Comunicação e Direitos e a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca).

© UNESCO 2021



Este relatório está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO ou nem comprometem a Organização.

Equipe da pesquisa realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos em parceria com a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca)

Diana Barbosa (coordenação)
Ana Potyara
Antônia Conceição
Ferdando Chacel
Hermes Pena
Katia Critine Campos Sens
Natascha Borges
Paula Guimarães Gratão
Tarcísio Rozendo

Coordenação técnica da Representação da UNESCO no Brasil:

Marlova Jovchelovitch Noieto,
Diretora e Representante
Maria Rebeca Otero Gomes,
Coordenadora do Setor de Educação

Revisão técnica

Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão editorial e projeto gráfico

Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 Metodologia da pesquisa	9
1.1 Universo de análise	10
1.2 Período de análise e definição da amostra	11
1.3 A seleção de notícias	12
1.4 A análise de conteúdo	13
2 Resultados	14
2.1 Aspectos gerais da cobertura	14
2.2 Dimensão da cobertura	15
2.3 Tipos de texto	16
2.4 Referências à educação formal	17
2.5 Abordagens sobre educação	18
3 A educação na pauta: características e assuntos em foco na cobertura	20
3.1 Tema principal e foco central	20
3.2 Foco central dos textos sobre educação	24
3.3 A cobertura sobre sistemas de avaliação	28
3.4 A cobertura sobre acesso à educação	28
3.5 A cobertura sobre violência escolar	29
3.6 A cobertura sobre protagonismo estudantil	30
3.7 A cobertura da PEC 241/55	34
3.8 A cobertura sobre a reforma do ensino médio	36
3.9 A cobertura sobre a BNCC	40
3.10 A cobertura sobre diversidade e inclusão	41
4 Aspectos jornalísticos da cobertura	44
4.1 Fontes consultadas e entrevistadas	45
4.2 Uso de indicadores e estatísticas	47
4.3 Contextualização	50
4.3.1 Referência à legislação	50
4.3.2 Financiamento	51
4.3.3 Políticas públicas	55
Considerações finais	57



INTRODUÇÃO

A pesquisa “Mídia e educação: uma análise da cobertura jornalística (2016 e 2017)”, realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e apoio da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), apresenta um panorama da cobertura jornalística sobre a educação básica.

O recorte temporal foi definido com o objetivo de oferecer à sociedade um olhar atual sobre o comportamento de alguns dos principais veículos de comunicação brasileiros no que diz respeito à produção de notícias sobre temas e questões relacionadas à educação, uma área considerada estratégica para o desenvolvimento das pessoas e do país.

Embora o cenário tenha se modificado desde a realização da pesquisa, o estudo traz insumos relevantes para uma reflexão sobre o papel da mídia na cobertura jornalística de educação, bem como sobre os processos de produção da notícia - especialmente no que diz respeito aos assuntos que se tornam pauta de reportagens, às fontes consultadas e ao olhar sobre as políticas públicas, entre outros aspectos.

Além disso, permanece, na percepção da sociedade, o consenso da centralidade e da importância da educação. Seja em discursos dos mais diversos grupos e segmentos sociais, seja em estudos científicos, a educação aparece como um fator capaz de influir de maneira positiva na qualidade de vida das pessoas, nas possibilidades de ascensão social, além de ser apontada como fundamental para impulsionar o desenvolvimento do país e reduzir desigualdades.

Para além das visões que circulam na sociedade, a educação é um direito social, o que reforça a centralidade de se analisar e compreender o que e como se fala sobre esse tema. Desse modo, cabe destacar o papel essencial exercido historicamente pelo jornalismo na proteção dos direitos humanos, especialmente por meio de denúncias de violações desses direitos, além de atuar como uma instância capaz de alimentar e promover o debate público.

Portanto, mais do que formar opinião, os meios de comunicação contribuem para a constituição de uma agenda de debates, ao definirem temas e assuntos que são objeto de pautas e notícias e ao darem visibilidade a determinadas questões e perspectivas. Além disso, mesmo em tempos de internet, redes sociais e aplicativos de mensagem, a chamada “mídia tradicional” conserva sua relevância e credibilidade.

Um estudo realizado pelo Reuters Instituto em parceria com a Universidade de Oxford mostra que o Brasil é o segundo país em que os consumidores de notícias *online* mais confiam nos veículos de comunicação, atrás apenas da Finlândia. De acordo com a pesquisa, que ouviu 70 mil consumidores de notícias *online* de 36 países, 60% dos brasileiros confiam nas notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Além de utilizarem seus canais *online*

para se informar, os entrevistados assinalam, entre outros pontos, a precisão e a capacidade desses meios tornarem mais compreensíveis temas complexos¹.

No Brasil, o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas indica que a mídia impressa é a terceira instituição com maior grau de credibilidade entre 11 avaliadas, com um índice de 47%².

A ANDI – Comunicação e Direitos, fundada em 1993 por um grupo de jornalistas, tem como objetivo atuar na construção de conhecimento e incidir sobre a sociedade no sentido de transformar a comunicação e o jornalismo com base no marco dos direitos, da democracia e do desenvolvimento sustentável, tendo como pano de fundo o fortalecimento de alguns papéis centrais da mídia nos regimes democráticos:

- Oferecer informação confiável e contextualizada, para que os cidadãos e as cidadãs possam participar da vida política de maneira ativa, fiscalizando e cobrando a promoção de seus direitos.
- Ser pluralista na construção de uma agenda de debates, e contribuir para que temas relevantes ao desenvolvimento humano alimentem a esfera pública de discussões com base no posicionamento de um maior número de atores.
- Exercer a responsabilização (*accountability*) em relação ao Estado e às políticas públicas de forma a colaborar para que os governantes, o setor privado e a sociedade civil sejam mais comprometidos e se responsabilizem pelos processos de formulação, execução e avaliação de ações e programas.

Desde 1996, a ANDI realiza análises sobre a cobertura midiática em jornais sobre diversos temas. Inicialmente essas análises foram ligadas aos direitos das crianças e dos adolescentes; posteriormente, ampliou-se o escopo para questões ligadas à sustentabilidade, gênero, raça e etnia, meio ambiente, entre outros temas.

O presente estudo situa-se nessa linha de atuação e apresenta um olhar sobre a maneira como 11 veículos de comunicação comportaram-se frente à cobertura jornalística na área de educação, num período no qual foram adotadas importantes medidas no campo das políticas para a educação básica as quais alteraram sua configuração em vários aspectos.

Nesses dois anos, foi apresentada e aprovada a reforma do ensino médio³, bem como ocorreu a aprovação e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental, além do debate sobre a Base do ensino médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018. No campo do financiamento, foi estabelecido o limite de gastos públicos em âmbito federal, o que afetou todas as áreas, inclusive a educação.

1 NEWMAN, N. et al. *Digital news report 2017*. Reuters Institute, Oxford University, 2017. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

2 CUNHA, L. C. et al. *Relatório ICPL Brasil, 1º semestre 2015*. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14133>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

3 A nomenclatura adotada para níveis de ensino no Brasil difere da Classificação Internacional Padronizada da Educação (ISCED, 2011). Ver essa correspondência nas páginas 66-67 do "Glossário de terminologia curricular do UNESCO-IBE" (UNESCO, 2016), disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002230/223059por.pdf>>.

Com esse cenário como pano de fundo, este estudo tem o objetivo de trazer à luz a maneira pela qual os veículos de mídia investigados abordam esses e outros temas, e de que maneira os trouxeram para o debate público.

Para tanto, a pesquisa priorizou, em seu universo de análise, jornais impressos de alcance nacional e regional em suas versões *online* e um portal de notícias. A opção por este recorte amostral deve-se ao fato de que, a despeito das mudanças desencadeadas pelo avanço da internet e das tecnologias de comunicação sobre a mídia tradicional e o jornalismo, os 11 veículos investigados – 1 portal de notícias, 5 jornais nacionais e 5 regionais – são referência enquanto fonte de informação para a população. Também é pertinente destacar que, no caso dos jornais, o levantamento foi realizado em suas versões *online* as quais costumam apresentar um conteúdo mais completo do que suas versões impressas, e por estarem disponíveis na internet, têm um alcance maior.

O cenário apresentado pela pesquisa sinaliza uma grande diversidade de assuntos, com ênfase para aspectos típicos da educação – tais como avaliações, acesso à educação e violência escolar – em que as políticas educacionais se veem diluídas nesse universo. Essa característica remete a outro estudo sobre a cobertura jornalística na área de educação, lançado pela parceria ANDI/MEC/UNESCO em 2005, intitulado “Educação na imprensa brasileira: responsabilidade e qualidade da informação”⁴.

Embora os resultados dos dois estudos não possam ser comparados, é interessante lançar um olhar no estudo passado, a fim de perceber como está a cobertura de educação hoje em relação àquela época. Uma aproximação entre as pesquisas demonstra a permanência de alguns traços, tais como os destaques na cobertura sobre a violência escolar e a preparação para o ingresso no ensino superior, esta última caracterizada pela ênfase, em termos quantitativos, dos textos sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no estudo de 2016-2017. Também é possível assinalar a semelhança entre os dois estudos a respeito do pouco espaço dedicado a temas como inclusão e diversidade.

Essas semelhanças remetem à reflexão sobre o lugar e o papel do jornalismo de educação na atualidade, especialmente em um contexto de avanço da internet e surgimento de novos meios e tecnologias que acarretam uma profunda mudança nos processos e nos espaços de jornalismo e produção de informação.

No novo cenário, porém, não se pode relegar a um plano secundário as boas práticas do jornalismo, que precisam ser sustentadas em meio às novas configurações e exigências. Isso diz respeito diretamente ao jornalismo de educação que contempla uma pauta estratégica para o país, embora nem sempre seja priorizado nas redações em meio às demais editorias. Remete, portanto, à necessidade de se buscar articulações entre os diversos atores que atuam no campo da educação e formas de atuação capazes de abrir espaços nos veículos para se falar mais e melhor sobre educação. É para esse processo que a presente pesquisa tem o objetivo de contribuir.

4 ANDI; BRASIL. MEC. *Educação na imprensa brasileira: responsabilidade e qualidade da informação*. Brasília: ANDI, Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/educacao-na-imprensa-brasileira>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA



Esta pesquisa é o resultado do monitoramento de narrativas sobre educação nas plataformas *online* de alguns dos principais veículos de imprensa do país, com o objetivo de identificar as tendências da cobertura jornalística sobre o tema analisado.

O monitoramento contempla um intervalo de dois anos, de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. Ao delimitar um período de análise recente, espera-se que esse estudo consiga refletir a atualidade do debate sobre a educação básica no Brasil, e identificar os temas e as abordagens centrais relacionadas à temática no universo analisado. O período escolhido, como já foi assinalado, foi marcado pela implementação de políticas educacionais com potencial de reconfigurar dimensões centrais da educação básica no país, tais como a reforma do ensino médio, a aprovação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, entre outras.

Esse cenário torna o período particularmente relevante para uma análise da cobertura midiática sobre educação, na medida em que possibilita apreender de que maneira alguns dos principais veículos de comunicação do país se comportaram frente às novas medidas em relação a temas e questões tradicionalmente ressaltadas no jornalismo de educação.

Com relação ao conceito de educação adotado na pesquisa, é preciso lembrar que existem diversas maneiras de definir essa área. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a define da seguinte forma: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.⁵ Desse modo, a educação pode ser associada a diversas ações ou interações humanas que levam a algum tipo de aprendizado, independentemente de seu contexto.

Devido à amplitude do conceito e às dificuldades em mapear todos os processos educacionais que podem ocorrer em virtude dessa amplitude, foi necessário fazer um recorte que viabilizasse a realização da pesquisa em foco.

Assim, o conceito de educação adotado nesta investigação se remete à educação formal, àquela que no parágrafo primeiro do mesmo artigo da LDB é chamada de “educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”.⁶

Outros recortes realizados conforme os textos compilados complementam a definição do objeto desta pesquisa:

5 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 1996. art. 1º.

6 Idem, art. 1º, par. 1º.

- Foram selecionadas apenas notícias que se referem ao Brasil. A cobertura sobre educação em outros países não foi contemplada, salvo nos casos em que se buscava algum paralelo com o contexto nacional.
- A pesquisa se refere à educação em geral (quando não se especifica um nível ou modalidade de ensino) e à educação básica, estendida até a etapa de preparação para o ensino superior, de forma a incluir a cobertura sobre o ENEM e o vestibular. Matérias estritamente relacionadas à educação superior, sem nenhum vínculo com a educação básica, não foram analisadas, portanto, não foram incluídos no escopo deste estudo.
- Notícias com menos de 500 caracteres não foram classificadas.

1.1 UNIVERSO DE ANÁLISE

O universo de análise desta pesquisa abrange cinco jornais de alcance nacional, cinco jornais de alcance regional – representativos de cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil – e um portal de notícias. No caso dos jornais, foram monitorados os conteúdos das versões *online* disponíveis nas suas respectivas páginas na *internet*.

A seleção dos veículos foi realizada segundo dois critérios: a relevância de sua inserção, caracterizada pelo alcance em âmbito nacional ou regional, e pela possibilidade de se realizar pesquisas de notícias retroativas nas plataformas que os abrigam.

Apesar das mudanças desencadeadas pela *internet* na produção e na difusão de notícias e informações, os meios de comunicação tradicionais (como jornais, TV e revistas) permanecem com elevado grau de confiabilidade para o público. Segundo a pesquisa “Barômetro da Confiança 2018”, da Edelman, agência global de relações públicas, a credibilidade da mídia está em queda em todo o mundo, inclusive no Brasil. Entretanto, em meio à disseminação de *fake news* na *internet*, a confiança nos jornalistas está em alta: a proporção de brasileiros que confiam nesses profissionais aumentou 12 pontos percentuais, chegando a 47% dos entrevistados⁷. Além disso, o Barômetro de 2017 aponta que a mídia tradicional e a mídia *online* permanecem como a segunda principal fonte de consulta de notícias (65%), atrás dos mecanismos de busca (83%)⁸.

Na mesma direção, a “Pesquisa brasileira de mídia 2015 – Hábitos de consumo de mídia da população brasileira”, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, aponta para o elevado grau de confiança da população nos jornais: 58% dos leitores dizem confiar sempre ou muitas vezes nesses veículos, seguidos de telespectadores (54%) e ouvintes de rádio (52%)⁹. Em 2016, a pesquisa constatou que o número de leitores das versões digitais dos jornais triplicou em um período de dois anos, chegando a 30% do total de leitores¹⁰.

7 Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/edelman-trust-barometer-2018-mostra-o-brasil-entre-os-seis-paises-com-quedas-extremas-de-confianca-no-mundo/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

8 Disponível em: <<https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2017/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

9 Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1360136/Anexo+Adicional+IV+Pesquisa+SECOM+m%C3%ADdia.pdf/42cb6d27-b497-4742-882f-2379e444de56>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

10 Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/arquivos-capacitacao/apresentacao-pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf/view>>. Acesso em: 26 ago. 2018. Para consultar o documento na íntegra, acessar: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

Cabe ressaltar ainda que a opção por utilizar as versões *online* dos veículos impressos como base da amostra da pesquisa possibilitou, de modo geral, o acesso às versões mais completas das matérias, superando o número de suas versões impressas.

A seguir, a lista de veículos monitorados.

Quadro 1 – Veículos monitorados

Portal de notícias G1
Jornais de alcance nacional – versão <i>online</i>
<i>Correio Braziliense</i>
<i>O Globo</i>
<i>Folha de S.Paulo</i>
<i>O Estado de S.Paulo</i>
<i>Valor Econômico</i>
Jornais de alcance regional – versão <i>online</i>
<i>Zero Hora/RS</i>
<i>Estado de Minas/MG</i>
<i>Jornal do Commercio/PE</i>
<i>O Liberal/PA</i>
<i>O Popular/GO</i>

Fonte: ANDI/UNESCO

1.2 PERÍODO DE ANÁLISE E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Os dados aqui apresentados foram coletados entre os dias 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017. A pesquisa foi realizada com base em um modelo amostral, que selecionou um número específico de dias ao longo desse período, e, nesses dias, as notícias sobre educação.

Diante de um tema com cobertura tão expressiva, como o proposto neste estudo, a opção pela pesquisa amostral foi a alternativa para viabilizar o projeto, dada a impossibilidade operacional de se avaliar o universo total de matérias.

O modelo adotado foi o *mês composto*, que consiste na seleção aleatória, porém representativa, de um conjunto de dias durante o intervalo de tempo estudado. No mês composto são selecionados 31 dias ao longo de um ano, garantindo uma divisão equilibrada entre os meses e os dias que compõem uma semana. Em se tratando de dois anos de monitoramento, foram selecionados 62 dias, no decorrer dos quais foram analisadas 3.972 matérias. Por aproximação estatística, esse montante corresponde a 47.664 notícias publicadas pelos 11 veículos monitorados.

Esse método de amostragem parte do pressuposto de que o comportamento da imprensa apresenta características gerais semelhantes nos dias da semana. Ou seja, ao se observar um número infinito de segundas, terças, quartas, quintas, sextas-feiras, além de sábados e domingos, verificar-se-á que os perfis quantitativos da cobertura em de cada um desses dias é muito similar, levando-se em conta as tendências gerais.

É importante notar que esse raciocínio não é válido quando o objetivo é identificar aspectos específicos (como o lançamento de uma política pública ou a realização de um congresso), que podem apenas ser compreendidos em uma sequência temporal definida. Entretanto, como a intenção deste estudo é justamente captar as tendências gerais da cobertura midiática sobre educação, a metodologia do mês composto adequa-se ao propósito da pesquisa, sem a necessidade de se acompanhar um período sequencial ou determinado de dias, especialmente em função do grande volume de textos publicados.

1.3 A SELEÇÃO DE NOTÍCIAS

O levantamento dos textos foi realizado por meio de uma ferramenta de busca eletrônica de palavras-chave relacionadas ao tema educação, selecionadas pela ANDI – Comunicação e Direitos e pela UNESCO, com consultoria da Jeduca.

Essa busca possibilitou selecionar textos da área de educação, bem como matérias que abordam outros assuntos, mas que destacam questões relacionadas à área com diferentes graus de aprofundamento. Em outras palavras, a amostra inclui textos que abordam exclusivamente a educação e textos que falam, por exemplo, sobre segurança pública ou saúde que contemplam, em algum grau, a educação.

Numa segunda etapa, o material localizado em formato eletrônico foi selecionado e classificado por pesquisadores treinados para escolher as matérias que se adequassem aos recortes mencionados acima, utilizando um questionário elaborado com a colaboração de uma equipe de especialistas em educação e em jornalismo de educação.

Neste instrumento estão contemplados módulos estreitamente relacionados a aspectos jornalísticos, e um conjunto de variáveis que objetivam verificar as questões específicas da área de educação e os temas abordados pelos veículos no período em que a pesquisa foi realizada, trazendo para o debate informações sobre a cobertura de questões típicas do universo da educação e dos acontecimentos que marcaram os dois anos de monitoramento.

Entre os aspectos considerados no questionário destacam-se:

- Foco central da cobertura sobre educação;
- Fontes de informação consultadas;
- Formato jornalístico dos textos;
- Menções a aspectos de contextualização (em especial, legislação, etapas e modalidades de ensino, dados e indicadores estatísticos);

- Políticas públicas (com destaque para a reforma do ensino médio e a BNCC);
- Financiamento da educação;
- Sistemas de avaliação, inclusive ENEM;
- Protagonismo estudantil;
- Diversidade e inclusão na escola; e
- Violência na escola.

Cabe ressaltar que a análise abrange diversos tipos de textos – reportagens, artigos, entrevistas, editoriais e colunas – que possuem foco central em educação, bem como matérias sobre outros temas, desde que tratassem minimamente das questões relativas à educação formal.

1.4 A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como foi dito anteriormente, o objetivo desta investigação é identificar as principais tendências da cobertura midiática no universo e no período analisados. Soma-se a isso a proposta de traçar o perfil quantitativo dessa cobertura e de refletir sobre as implicações qualitativas da produção jornalística acerca desse tema. Para tanto, foi utilizada uma metodologia de pesquisa muito comum nos estudos de mídia, conhecida como análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é feita com base em uma perspectiva quantitativa e analisa a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências citados no texto. Entre outros aspectos relevantes, esse método de investigação permite que, com a utilização de um questionário semiestruturado, seja possível:

- Sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados pela mídia.
- Identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do trabalho jornalístico.
- Fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes.

Nesse tipo de investigação, as informações apresentadas de maneira explícita nos textos são captadas e avaliadas. Ou seja, a análise do conteúdo detém-se naquilo que é passível de ser objetivamente observado e cujos resultados possam ser numericamente apresentados.

Paralelamente, os recursos analíticos – incluindo o cruzamento de diversas variáveis – permitem a realização de inferências fundamentadas nas informações registradas de forma clara, sendo possível estabelecer associações e identificar significados mais abrangentes.

2 RESULTADOS

2.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA

A pesquisa foi realizada em 11 veículos de comunicação, que, para fins de análise, foram organizados em três categorias: 1 portal de notícias; 5 jornais de alcance nacional; e 5 jornais de circulação regional. Todos eles foram monitorados em suas versões *online*, portanto, teoricamente acessíveis de qualquer ponto do país.

A esses veículos não se aplicam mais as barreiras anteriormente apresentadas ao jornalismo impresso, que limitavam a circulação a determinados territórios. Ainda assim, os veículos aqui classificados como “de alcance nacional” e “de alcance regional” tendem a manter características presentes antes do advento da internet. Ou seja, os “regionais” costumam privilegiar notícias e temáticas associadas às áreas que circundam suas redações, ao passo que os jornais “de alcance nacional” tendem a privilegiar questões de interesse geral ou comum a todo o país. Isso explica a classificação desses veículos e a análise dos dados na perspectiva de cada um deles, a fim de identificar tendências em cada grupo.

Cabe destacar que os *sites* e portais que surgiram no contexto da internet possuem uma dinâmica diferente das versões *online* de veículos impressos, o que pode ter impacto no volume e na frequência de publicação de notícias.

Nesse sentido, a análise por tipo de veículo demonstra que o portal concentrou a maioria das notícias sobre educação. Pouco mais da metade das matérias selecionadas neste estudo (56,5%) foram publicadas por este *site*. Os jornais de circulação nacional estão em segundo lugar e assumiram 33,1% do conteúdo. Os jornais regionais demonstraram, comparativamente, uma cobertura menos expressiva, representando 10,4% do total de textos analisados.

Essa discrepância pode ser explicada pela dinâmica de produção e pela publicação de notícias no portal e nos demais veículos investigados. O G1 é um dos principais portais de notícia do país. Conta com equipe dedicada à produção de notícias nas diversas editorias que fazem parte de uma redação, inclusive a de educação – o que possibilita acompanhar a pauta mais de perto e produzir matérias especiais, de caráter investigativo e/ou analítico.

Além disso, o portal conta com a possibilidade de publicar material de âmbito regional, produzido por jornalistas espalhados por todo país e que trabalham em veículos pertencentes ou associados ao grupo do qual o G1 faz parte, o que contribui para o aumento do volume de material publicado.

A existência de uma equipe dedicada à cobertura jornalística da área de educação coloca o portal numa condição diferente da dos jornais nacionais e regionais, que, nos últimos anos,

têm reduzido o tamanho de suas redações devido à perda de espaço da mídia impressa para a internet – o que impactou diretamente em suas fontes de renda, levando à redução das equipes de jornalistas. Desse modo, raros são os veículos que possuem jornalistas que trabalham especificamente na área de educação, o que dificulta o acompanhamento dessa pauta. Assim, essas redações de jornais impressos acabam priorizando um tema ou outro no conjunto de sua cobertura, impactando no volume de produção de suas notícias.

Considerando os jornais de maneira isolada, o *Correio Braziliense* foi o jornal com maior proporção de matérias publicadas (10,1%), seguido de *O Globo* (8,7%), ambos de circulação nacional.

Entre os regionais, destacam-se o *Zero Hora* do Rio Grande do Sul, com 4,3%, seguido do *Estado de Minas* (MG), com 2,6%, e do *Jornal do Commercio* (PE), com 2,4%.

Tabela 1 – Veículos

Veículos	
Portal de notícias G1	56,5%
Jornais de alcance nacional – versão online	33,1%
<i>Correio Braziliense</i>	10,1%
<i>O Globo</i>	8,7%
<i>Folha de S.Paulo</i>	6,7%
<i>O Estado de S.Paulo</i>	5,0%
<i>Valor Econômico</i>	2,6%
Jornais de circulação regional – versão online	10,4%
<i>Zero Hora/RS</i>	4,3%
<i>Estado de Minas/MG</i>	2,6%
<i>Jornal do Commercio/PE</i>	2,4%
<i>O Liberal/PA</i>	0,6%
<i>O Popular/GO</i>	0,5%
Total	100%

Fonte: ANDI/UNESCO

2.2 DIMENSÃO DA COBERTURA

Conforme foi exposto na metodologia, a pesquisa não considera apenas matérias que abordam exclusivamente o tema educação, mas textos sobre diversos temas, desde que contemplem, ainda que tangencialmente, alguma questão relativa à educação básica, ao ENEM ou ao vestibular.

Nesse sentido, a análise da dimensão do espaço concedido à educação em cada matéria aponta que em 63% dos textos que integram a amostra, este foi o foco central da notícia (dimensão alta), independentemente de o tema principal do texto ser sobre educação.

Em contrapartida, as questões educacionais foram mencionadas lateralmente em 12,7% dos casos (dimensão mínima), ocupando um espaço reduzido em meio a outros enfoques.

Nos 24,3% restantes, a dimensão da cobertura sobre educação se distribuiu entre média e mínima-média. No primeiro caso, o assunto ainda é parte importante do fato noticiado (11,7%), no segundo, ele ocupa uma posição secundária (12,6%).

Quando somados, os percentuais de notícias que apresentaram dimensão alta e média chegam a 74,7%. Esse resultado indica a centralidade do assunto na amostra analisada. A proporção de textos com dimensão mínima, por sua vez, é mais expressiva nos jornais de alcance regional (22,6%)¹¹.

Nesse sentido, cabe destacar que nos jornais de alcance nacional e nos regionais, a educação foi o foco central de, respectivamente, 56,1% e 52,7%. No portal, atingiu 69% do total de textos analisados – o que reforça o destaque deste veículo na cobertura educacional.

Tabela 2 – Dimensão da cobertura

Dimensão da cobertura sobre educação	Portal	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Alta	69,0%	56,1%	52,7%	63,0%
Média	11,8%	12,3%	9,7%	11,7%
Mínima-média	10,9%	14,8%	15,0%	12,6%
Mínima	8,4%	16,8%	22,6%	12,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: ANDI/UNESCO

2.3 TIPOS DE TEXTO

Considerando a lógica de produção de conteúdo adotada pela imprensa, é de se esperar que a maior parcela dos textos veiculados assuma o formato de reportagem, o que se confirma na investigação aqui apresentada: elas somam 93,9% do total.

Embora as reportagens representem o *modus operandi* das redações, esse dado surpreende por conferir um espaço bastante reduzido ao material de caráter opinativo.

A análise desagregada por tipo de veículo revela, no entanto, uma maior concentração de reportagens no portal de notícias (99,2%), o que corresponde às características do veículo, destinado a essa finalidade.

Já os textos de opinião estão mais presentes nos jornais nacionais e, especialmente, nos regionais. A soma de artigos, colunas, editoriais e entrevistas nos jornais nacionais foi de 12% e nos regionais, 20,4%.

¹¹ As notícias em que o tema educação teve um espaço considerado mínimo foram classificadas de forma parcial, já que uma menção tão lateral inviabilizaria análises mais aprofundadas em função da falta de conteúdo. As questões não analisadas nesse conjunto de textos estão identificadas por meio de notas nas tabelas de resultados.

Tabela 3 – Tipo de texto jornalístico

Tipo de texto jornalístico	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Reportagens	99,2%	88,0%	79,6%	93,9%
Artigos assinados	0,0%	4,1%	11,6%	2,4%
Colunas ou notas de colunas assinadas	0,0%	3,3%	4,4%	1,4%
Editoriais	0,0%	2,0%	1,9%	0,8%
Entrevista	0,7%	2,6%	2,5%	1,5%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

2.4 REFERÊNCIAS À EDUCAÇÃO FORMAL

Uma característica dos textos analisados é o fato de a maioria deles não fazer referência à educação básica nem às suas etapas ou modalidades de ensino, o que chama a atenção ao considerar os desafios persistentes relacionados à educação formal no Brasil, que envolvem o acesso, a permanência, a infraestrutura das escolas e a qualidade da aprendizagem.

Do total de textos analisados, 40,7% não citam a educação básica nem os níveis de ensino que a compõem. Se comparados aos níveis, as modalidades de ensino foram menos citadas no noticiário sobre educação: no total, 88,4% das matérias não mencionam modalidades específicas.

Entre os níveis da educação básica, o mais citado é o ensino médio: 39,5% do total, possivelmente, devido ao destaque que o ENEM possui na cobertura jornalística. Em segundo lugar está o ensino fundamental (17,5%), seguido da educação infantil (12,5%). Vale notar que uma mesma matéria pode mencionar vários níveis de ensino.

Tabela 4 – Níveis de ensino

Níveis de ensino	Portal	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Educação infantil (creche + pré-escola)	12,6%	12,8%	11,3%	12,5%
Ensino fundamental (1ª a 9ª ano)	17,0%	17,9%	19,4%	17,5%
Ensino médio	37,0%	43,4%	42,3%	39,5%
Educação básica em geral	5,1%	9,7%	6,6%	6,7%
Não menciona níveis específicos de ensino	42,5%	37,5%	40,1%	40,7%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Entre as modalidades, a educação profissional (5,4%) e a educação de jovem e adultos (3,8%) destacam-se das demais. A educação especial, a educação a distância e, particularmente, a educação do campo, a indígena e a quilombola passam ao largo dessa cobertura.

Tabela 5 – Modalidades de ensino

Modalidades de ensino	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Educação profissional	5,6%	5,2%	5,0%	5,4%
Educação de jovens e adultos	4,5%	2,6%	3,4%	3,8%
Educação especial (pessoas com deficiência + altas habilidades)	2,4%	1,6%	0,3%	1,9%
Educação a distância	1,1%	1,0%	0,3%	1,0%
Educação básica do campo	0,8%	0,3%	0,3%	0,6%
Educação Indígena	0,8%	0,3%	0,0%	0,6%
Educação quilombola	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Não menciona modalidades específicas de ensino	87,0%	90,2%	91,2%	88,4%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

2.5 ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO

Um dos objetivos deste estudo foi observar se os textos analisados estabelecem relações entre a educação e outros tipos de questões sociais – seja buscando as causas e os motivos relacionados a dimensões (por exemplo, saúde e assistência) que possam ter impactado na educação, seja identificando o efeito da educação como causa ou solução de questões de outras áreas.

Desse modo, os déficits educacionais – relacionados à falta de investimento e aos baixos níveis de aprendizagem – foram mencionados como fatores explicativos (causas) de uma ou mais questões sociais em 2,7% dos textos. Esse percentual sobe para 8,5% nos jornais regionais, e cai progressivamente nos jornais nacionais (4,7%) e no portal (0,8%).

Em contrapartida, a educação foi mencionada como solução em 3,9% do total de matérias, novamente com percentuais mais altos entre os dois grupos de jornais (ambos com 6,9%) do que no portal (1,8%).

Entretanto, o resultado que chama mais atenção nesta análise é o que revela que a ampla maioria das matérias (94% da amostra total), ao falar de educação, não o faz de modo a associá-la a um debate mais amplo, tendo em vista elucidar ou questionar vetores de problemas que se colocam na sociedade atual.

Tabela 6 – Educação como causa e solução

Causa e solução	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Os déficits educacionais (falta de investimento em educação, má qualidade do ensino etc.) são apresentados como um problema (causa de problemas/questões sociais mais abrangentes).	0,8%	4,7%	8,5%	2,7%
A educação é apresentada como uma solução para problemas/questões sociais mais abrangentes.	1,8%	6,9%	6,9%	3,9%
A matéria não estabelece uma relação de causalidade entre educação e questões sociais mais abrangentes.	97,5%	89,8%	86,2%	94,0%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.
Fonte: ANDI/UNESCO

No universo pesquisado, constata-se um cenário diferente no que diz respeito aos artigos e editoriais: nesses textos, as referências à educação como “causa” e “solução” são significativamente maiores – 43% e 54%, respectivamente.

Tabela 7 – Educação como causa e solução

Causa e solução	Reportagens G1	Artigos assinados	Colunas	Editoriais	Entrevistas G1	Total
Os déficits educacionais são apresentados como um problema (causa de problemas/questões sociais mais abrangentes).	1,8%	22,0%	20,0%	20,7%	3,9%	2,7%
A educação é apresentada como uma solução para problemas/questões sociais mais abrangentes.	2,9%	20,7%	16,0%	24,1%	11,8%	3,9%
A matéria não estabelece uma relação de causalidade entre educação e questões sociais mais abrangentes.	95,5%	63,4%	74,0%	58,6%	84,3%	94,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.
Fonte: ANDI/UNESCO

3 A EDUCAÇÃO NA PAUTA: CARACTERÍSTICAS E ASSUNTOS EM FOCO NA COBERTURA

3.1 TEMA PRINCIPAL E FOCO CENTRAL

No que se refere ao enquadramento temático, as notícias selecionadas foram submetidas a dois tipos de análise. A primeira procurou identificar o *tema principal* da matéria como um todo, lembrando novamente que os textos selecionados poderiam tratar de diversos assuntos, desde que abordassem algum aspecto relacionado à educação no seu conteúdo.

A segunda análise, chamada de *foco central*, concentrou-se nos elementos específicos do objeto da pesquisa. A intenção foi identificar o aspecto central da educação abordado pela notícia – independentemente de o tema principal ser ou não educação. *Essencialmente, o que se deseja saber como foco central é: ao se falar sobre educação, que elementos especificamente relacionados a essa questão foram contemplados pela mídia de notícias?*

No que se refere ao *tema principal*, as matérias estritamente sobre educação se sobressaíram como as mais recorrentes nos três tipos de veículos, especialmente no Portal G1, onde ultrapassaram a marca dos 50%. Na amostra geral, esse tema somou metade dos textos (51,4%). Esse resultado vai ao encontro da dimensão da *cobertura*, que já apontava para uma cobertura cujo debate sobre educação era colocado de modo central, e não periférico, ou seja, realizado a reboque de outros temas, especialmente nesse veículo.

Apesar da centralidade em torno das questões que são próprias do universo educacional, outros 50% da amostra versaram sobre outros *temas principais*, que se diluem em uma lista abrangente, na qual três se destacam:

- *política* – especialmente nos jornais nacionais e regionais –, tema impulsionado pelas eleições municipais de 2016 e pela intensa movimentação política observada no país desde o processo de *impeachment* da então presidente da República, Dilma Rousseff, encerrado no dia 31 de agosto desse mesmo ano. Neste quesito, também se encontram vários textos que contemplam o embate político para a votação de projetos considerados polêmicos no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, aprovada e transformada na Emenda Constitucional (EC) 95, que limita o aumento dos gastos públicos, inclusive em educação, em um horizonte de 20 anos;
- *violência e segurança pública* – com maior destaque no Portal G1 –, cuja abordagem se refere principalmente à falta de segurança e a episódios de violência no entorno das escolas, o que remete a uma reflexão sobre seus impactos no ambiente escolar e nas condições de permanência dos estudantes na escola; e

- *economia e desenvolvimento econômico* – mais uma vez com maior destaque para os jornais nacionais e regionais. Nesta categoria estão contempladas questões diversas, entre elas as leis orçamentárias, a divulgação de indicadores econômicos, a inflação, a alta e/ou baixa de preços em geral e a análise econômica da EC 95 mencionada acima.

Tabela 8 – Tema principal

Tema principal da matéria	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Educação	55,5%	46,3%	44,9%	51,4%
Política	7,7%	18,0%	19,7%	12,3%
Violência e segurança pública	10,8%	6,9%	6,3%	9,0%
Economia/desenvolvimento econômico	2,8%	7,9%	7,5%	5,0%
Marco institucional jurídico legal – legislação	2,9%	4,0%	2,9%	3,3%
Trabalho/emprego	4,3%	1,4%	2,2%	3,1%
Arte e cultura	2,8%	2,4%	4,6%	2,9%
Saúde	2,1%	2,4%	1,0%	2,1%
Meio ambiente	1,9%	0,5%	0,5%	1,3%
Inclusão e diversidade (gênero/raça/etnia/deficiência/etc.)	1,2%	1,3%	0,7%	1,2%
Mídias/tecnologias digitais	0,8%	1,6%	1,5%	1,1%
Esportes e lazer	0,5%	1,3%	1,7%	0,9%
Pobreza, exclusão e assistência social	0,6%	1,3%	0,5%	0,8%
Comportamento/sexualidade	0,4%	0,7%	1,7%	0,6%
Medidas socioeducativas/privação de liberdade	0,4%	0,2%	0,7%	0,4%
Convivência familiar (direitos de família)	0,0%	0,2%	0,7%	0,1%
Trabalho infantil	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%
Outro	5,1%	3,3%	2,9%	4,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: ANDI/UNESCO

No segundo tipo de análise, o *foco central*, buscou-se identificar o principal elemento relacionado à educação abordado no texto, considerando a amostra de análise – independentemente de o tema principal ser ou não educação.

A primeira constatação com relação ao *foco central* é a grande variedade e dispersão de assuntos, o que pode ser constatado na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Foco central por tipo de veículo

Foco central	Portal G1	Veículos nacionais	Veículos regionais	Total
Avaliação do ensino (SAEB, ENEM, Encceja etc.)	13,6%	12,5%	9,7%	12,8%
Acesso/matrículas/vagas	14,2%	7,4%	7,0%	11,3%
Acesso à educação básica	7,0%	2,1%	2,2%	4,9%
Acesso à educação superior	7,2%	5,3%	4,9%	6,3%
Violência escolar	9,9%	5,7%	4,6%	8,0%
<i>Bullying</i>	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%
Violência entre os estudantes	0,9%	0,1%	0,7%	0,6%
Violência dos estudantes contra professores/gestores	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%
Violência da escola contra os estudantes (institucional)	1,6%	0,5%	0,5%	1,1%
Vandalismo	0,8%	0,2%	0,5%	0,6%
Violência nas escolas em geral	6,0%	4,4%	2,4%	5,1%
Instalações físicas/infraestrutura na escola	6,1%	1,9%	2,7%	4,4%
Greves e paralisações na área de educação	4,7%	2,0%	3,9%	3,7%
Nichos educacionais específicos	4,3%	2,7%	3,9%	3,7%
Financiamento público da educação (orçamento público, Fundeb, FNDE)	1,3%	6,5%	7,0%	3,6%
Ocupações	2,5%	5,5%	2,9%	3,5%
Desvio, má gestão dos recursos, corrupção	3,0%	3,3%	2,4%	3,1%
Qualidade do ensino	0,9%	4,2%	7,3%	2,6%
Outras questões discentes	2,6%	2,6%	3,2%	2,6%
Questões pedagógicas	1,8%	3,1%	4,9%	2,5%
PEC 241/55, que estabelece o teto dos gastos públicos	0,9%	4,1%	3,9%	2,3%
Concursos de admissão de professores e outros profissionais da educação	3,3%	0,5%	1,2%	2,2%
Programas/políticas específicos	1,8%	2,8%	1,7%	2,1%
Gestão educacional nos âmbitos municipais, estaduais e federal (gestão das redes de ensino)	1,2%	2,7%	2,2%	1,8%
Transporte escolar	2,9%	0,2%	0,5%	1,8%
Reforma do ensino médio (MP 746/2016)	0,8%	2,7%	1,7%	1,5%
Passe escolar	1,5%	1,8%	0,5%	1,5%
Questões salariais referentes a profissionais da área de educação	1,4%	1,1%	1,0%	1,3%
Custos da educação no âmbito doméstico	0,9%	1,8%	1,2%	1,2%
Estágio	1,7%	0,5%	0,0%	1,1%
<i>Escola sem Partido</i>	0,4%	2,3%	1,2%	1,1%

Foco central	Portal G1	Veículos nacionais	Veículos regionais	Total
Escola inclusiva e deficiência (abrange práticas de inclusão)	0,8%	1,2%	0,5%	1,0%
Expansão da rede de ensino	0,7%	0,8%	1,9%	0,9%
Merenda escolar	1,1%	0,8%	0,2%	0,9%
Saúde nas escolas (acuidade visual/nutrição/obesidade)	1,1%	0,7%	0,5%	0,9%
Pesquisas	0,6%	0,6%	2,2%	0,8%
Participação, grêmios e congêneres	0,8%	0,9%	0,0%	0,7%
Formação docente/formação continuada	0,7%	0,8%	0,5%	0,7%
Questões de gênero	0,7%	0,8%	0,5%	0,7%
Ensino religioso	0,4%	0,9%	1,5%	0,7%
Permanência/evasão/abandono	0,3%	1,1%	0,5%	0,6%
Bolsas de estudo	0,4%	0,7%	1,5%	0,6%
Tecnologias da informação aplicadas à educação	0,5%	0,5%	1,2%	0,6%
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	0,0%	1,4%	1,5%	0,6%
Alimentação na escola	0,4%	0,7%	0,2%	0,5%
Questões curriculares/currículo	0,4%	0,8%	0,2%	0,5%
Questões de raça/étnica	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%
Relação escola e comunidade/família no espaço escolar	0,5%	0,3%	0,5%	0,5%
Gestão educacional no âmbito escolar	0,4%	0,7%	0,0%	0,4%
Legislação	0,3%	0,2%	1,5%	0,4%
Condições de trabalho dos professores	0,5%	0,4%	0,0%	0,4%
Outras questões docentes	0,3%	0,5%	0,7%	0,4%
Desempenho (aprovação/reprovação)	0,0%	0,6%	0,5%	0,3%
Educação sexual/sexualidade	0,4%	0,2%	0,0%	0,3%
Mapeamento do setor (Censos)	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Falta de professores	0,2%	0,0%	0,5%	0,2%
Educação a distância (EaD)	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%
Regime de tempo integral	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%
Educação na família	0,0%	0,2%	0,7%	0,2%
Drogas nas escolas	0,3%	0,0%	0,2%	0,2%
Privatização do ensino	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Autofinanciamento e gestão dos recursos na escola (APMs, caixa escolar)	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
Outro	5,3%	5,0%	6,8%	5,0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: ANDI/UNESCO

Com relação ao *foco central*, dois assuntos se sobressaem: os *sistemas de avaliação* e o *acesso à educação* (oferta de vagas e matrículas, inclusive vestibular), em primeiro e segundo

lugares, e presentes em 12,8% e 11,3% dos textos, respectivamente. O destaque aos sistemas de avaliação está relacionado à ampla cobertura do ENEM, que concentra uma parcela significativa da cobertura jornalística sobre educação, como será detalhado adiante. Nessa mesma direção, vale chamar atenção para o espaço na cobertura dado ao acesso ao ensino superior, responsável por 6,3% dos textos da categoria “acesso à educação”.

O terceiro assunto mais frequente, como *foco central*, foi a *violência escolar*, em 8% dos textos.

Na sequência, estão os textos que têm como *foco central* as *instalações físicas/infraestrutura* (4,4%), as *greves e paralisações* (3,7%) e o *financiamento público* (3,6%).

Um aspecto que chama atenção é que assuntos relacionados a políticas e programas implementados durante o período analisado (como a reforma do ensino médio ou a BNCC) não tiveram, necessariamente, destaque na cobertura no universo investigado. A reforma, por exemplo, foi *foco central* de 1,5% dos textos e a Base, de 0,6% deles.

A PEC 241/EC 95, que estabeleceu um limite de gastos para o governo federal, inclusive na área da educação, alcançou destaque um pouco maior: foi o *foco central* de 2,3% dos textos, assim como as ocupações de prédios escolares ocorridas em 2016 (3,5% dos textos).

Vale destacar, ainda, os resultados obtidos com a agregação de algumas categorias que, no seu conjunto, foram chamadas de *questões docentes e discentes*:

- *Questões docentes* – concursos de admissão de professores e outros profissionais da educação; condições de trabalho dos professores; formação docente/formação continuada; falta de professores; greves e paralisações na área de educação; questões salariais referentes a profissionais da área de educação; e outras questões docentes, que somam 8,9% da amostra total.
- *Questões discentes* – estágio; participação, grêmios e congêneres; ocupações; e outras questões discentes que, juntas, correspondem a 7,9% da amostra total.

Chama atenção o fato de que, nos jornais regionais, esses itens tenham desfrutado de pouco ou nenhum espaço.

Os recursos para a educação foram tema de 5,9% dos textos, considerando aqueles sobre financiamento público (orçamento, Fundeb e FNDE) e a PEC 241/EC 95.

As ocupações estudantis responderam por 3,5% do total das matérias no período analisado, com uma cobertura mais concentrada em 2016, quando estudantes tomaram escolas em protesto contra a reforma do ensino médio. Naquele ano, foram o *foco* de 5,8% das matérias, contra 0,3% em 2017.

3.2 FOCO CENTRAL DOS TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO

A análise do *foco central* no universo de textos cujo *tema principal* é educação também aponta para uma grande dispersão de assuntos, mas o quadro se mostra um pouco diferente do da amostra completa, como pode ser visto na Tabela 10.

Neste conjunto de textos, as *avaliações* permanecem como o assunto mais frequente, correspondendo a 21,2% do total. O segundo assunto mais frequente é o *acesso*, ou seja, textos que abordam questões relacionadas a matrículas e vagas, tanto na educação básica quanto na superior (18,8%).

O terceiro foco mais frequente são as *instalações físicas* e a *infraestrutura*. No entanto, a porcentagem de textos é maior do que na amostra geral (5,7%).

Tabela 10 – Foco central dos textos sobre educação

Foco central dos textos sobre educação	Portal G1	Veículos nacionais	Veículos regionais	Total
Avaliação (ENEM, Encceja, SAEB etc.)	20,9%	22,5%	18,9%	21,2%
Acesso/matrículas/vagas	23,1%	11,7%	13,5%	18,8%
Instalações físicas/infraestrutura na escola	7,9%	2,1%	2,2%	5,7%
Ocupações/protagonismo estudantil	3,9%	8,9%	3,2%	5,3%
Greves e paralisações na área de educação	6,0%	1,8%	4,9%	4,7%
Nichos educacionais específicos	3,4%	2,5%	4,3%	3,2%
Questões pedagógicas	2,0%	3,3%	9,2%	3,0%
Outras questões discentes	2,7%	3,3%	2,7%	2,9%
Concursos de admissão de professores e outros profissionais da educação	3,5%	0,7%	1,1%	2,4%
Qualidade do ensino	0,9%	3,8%	6,5%	2,3%
Programas/políticas específicos	1,9%	3,0%	0,5%	2,1%
Reforma do ensino médio (MP 746/2016)	1,0%	3,3%	1,1%	1,7%
Financiamento público da educação (orçamento público, Fundeb, FNDE)	0,5%	3,3%	3,2%	1,6%
Gestão educacional nos âmbitos municipais, estaduais e federal (gestão das redes de ensino)	0,6%	2,8%	3,2%	1,5%
Transporte escolar	2,3%	0,2%	0,0%	1,5%
Desvio, má gestão dos recursos, corrupção	0,7%	2,0%	0,5%	1,1%
Passe escolar	1,3%	1,0%	0,0%	1,1%
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	0,1%	2,5%	3,2%	1,1%
Formação docente/formação continuada	0,9%	1,3%	0,5%	1,0%
Violência escolar	1,4%	0,3%	0,0%	0,9%
Expansão da rede de ensino	0,7%	0,8%	1,6%	0,8%
Bolsas de estudo	0,5%	1,1%	2,2%	0,8%
Participação, grêmios e congêneres	0,6%	1,5%	0,0%	0,8%
Questões salariais referentes a profissionais da área de educação	1,0%	0,5%	1,1%	0,8%
Ensino religioso	0,5%	1,1%	2,2%	0,8%
<i>Escola sem Partido</i>	0,3%	1,5%	1,6%	0,8%
Gestão educacional no âmbito escolar	0,5%	1,3%	0,0%	0,7%
Questões curriculares/currículo	0,4%	1,3%	0,5%	0,7%

Foco central dos textos sobre educação	Portal G1	Veículos nacionais	Veículos regionais	Total
Merenda escolar	0,80%	0,50%	0,00%	0,60%
Custos da educação no âmbito doméstico	0,60%	0,50%	1,10%	0,60%
PEC 241/55, que estabelece o teto dos gastos públicos	0,70%	0,20%	0,50%	0,50%
Condições de trabalho dos professores	0,60%	0,30%	0,00%	0,50%
Outras questões docentes	0,40%	0,70%	1,10%	0,50%
Relação entre escola e comunidade/família no espaço escolar	0,60%	0,50%	0,00%	0,50%
Questões de raça/étnicas	0,20%	0,70%	0,50%	0,40%
Permanência/evasão/abandono	0,20%	0,80%	0,00%	0,30%
Mapeamento do setor (Censos)	0,20%	0,30%	0,50%	0,30%
Falta de professores	0,40%	0,00%	0,50%	0,30%
Tecnologias da informação aplicadas à educação	0,20%	0,50%	0,50%	0,30%
Educação a distância (EaD)	0,40%	0,20%	0,50%	0,30%
Questões de gênero	0,20%	0,50%	0,50%	0,30%
Alimentação na escola	0,20%	0,30%	0,00%	0,20%
Estágio	0,30%	0,00%	0,00%	0,20%
Escola inclusiva (abrange práticas de inclusão)	0,20%	0,30%	0,00%	0,20%
Deficiências	0,20%	0,50%	0,00%	0,20%
Regime de tempo integral	0,20%	0,20%	0,00%	0,20%
Desempenho (aprovação/reprovação)	0,00%	0,30%	0,50%	0,10%
Pesquisas	0,00%	0,20%	1,10%	0,10%
Drogas nas escolas	0,20%	0,00%	0,00%	0,10%
Distorção idade-série	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Privatização do ensino	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Autofinanciamento e gestão dos recursos na escola (APMs, caixa escolar)	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Legislação	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Educação sexual/sexualidade	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Educação na família	0,00%	0,20%	0,00%	0,00%
Saúde nas escolas (acuidade visual/nutrição/obesidade)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outro	3,20%	3,10%	4,30%	3,20%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com foco principal em educação (51,4%).

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 11 – Sistemas de avaliação

Menciona sistemas de avaliação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	19,3%	20,9%	16,6%	19,5%
Prova Brasil	0,0%	0,8%	0,9%	0,3%
Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)	0,0%	0,2%	0,3%	0,1%
Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	0,0%	0,3%	0,3%	0,1%
Provinha Brasil	0,0%	0,1%	0,3%	0,1%
Outros sistemas nacionais de avaliação	0,9%	1,6%	0,6%	1,1%
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes / <i>Programme for International Student Assessment (PISA)</i>	0,1%	2,4%	2,2%	1,0%
Não menciona sistemas de avaliação de ensino	80,1%	75,4%	80,3%	78,6%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 12 – Sistemas de avaliação mencionados

Sistemas de avaliação mencionados	Total
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	93,3%
Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	0,6%
Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)	0,4%
Prova Brasil	0,4%
Provinha Brasil	0,4%
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb)	0,2%
Outros sistemas nacionais de avaliação	3,3%
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)	1,6%
Não menciona sistemas de avaliação de ensino	0,8%

Válido apenas para as matérias que mencionam sistemas de avaliação.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Chama atenção o fato de que, considerando somente os textos cujo tema principal é educação, as matérias sobre as políticas e os programas, inclusive aqueles anunciados durante o período investigado, ficaram diluídos em meio a outros assuntos que, geralmente, fazem parte da cobertura jornalística da educação. Nesse universo, por exemplo, a reforma

do ensino médio foi assunto de 1,7% dos textos e a BNCC, de 1,1% – com menos destaque do que o acesso à educação e a infraestrutura, entre outros assuntos.

A seguir, serão apresentadas análises mais detalhadas sobre alguns assuntos que foram o foco principal da cobertura jornalística da educação no período analisado.

3.3 A COBERTURA SOBRE SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

O assunto abordado com mais frequência nas matérias analisadas são os *sistemas de avaliação*, presente em 12,8% da amostra e em 21,2% do universo de matérias cujo tema principal é educação.

Entre as avaliações, a mais mencionada é o ENEM, assunto de 19,5% das matérias da amostra total (Tabela 11). Considerando apenas as matérias sobre sistemas de avaliação, constata-se que 93,3% delas são sobre o ENEM, ao passo que outras avaliações são enfocadas de maneira quase residual (Tabela 12).

Os dados também revelam a existência de uma grande distância entre o volume de textos sobre o ENEM e a segunda avaliação mais citada, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) – tema de 1,9% das matérias sobre avaliação.

Além disso, cabe destacar que o PISA recebeu mais espaço na cobertura do que avaliações oficiais nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com 0,6% dos textos, e a Prova Brasil (0,4%).

No entanto, o somatório das referências a “outros sistemas nacionais de avaliação” chega a 3,3% do total, categoria que contempla o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e avaliações realizadas nos âmbitos estaduais e municipais.

É importante contextualizar o destaque conferido ao ENEM em comparação a outros sistemas de avaliação. Além de ter se tornado a principal via de ingresso na educação superior, o ENEM é realizado anualmente, ao passo que outras avaliações ocorrem com periodicidade maior, o que explica, em parte, o fato de terem menos espaço na mídia.

3.4 A COBERTURA SOBRE ACESSO À EDUCAÇÃO

O *acesso à educação básica e à superior* foi o segundo assunto mais abordado pelos veículos pesquisados: 11,3% da amostra total, dos quais 6,3% são sobre o acesso à educação superior e 4,9% se referem à educação básica.

A proporção de textos sobre o acesso à educação superior reforça a centralidade da ênfase da cobertura sobre o ENEM, como foi destacado anteriormente.

Considerando somente os textos cujo tema principal é a educação, 18,8% deles são sobre o acesso à educação.

Esse resultado chama atenção porque aponta para uma tendência da cobertura mais voltada para os problemas tradicionais da área educacional, bem como sinaliza o predomínio do factual.

3.5 A COBERTURA SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

No geral, a *violência escolar* esteve presente em 8% das matérias analisadas da amostra total, independentemente de a educação ser ou não o tema principal. No conjunto de textos cujo tema principal é a educação, a violência escolar é assunto de 0,9% desse material.

Observa-se que, quando a imprensa aborda a violência, predomina a “violência nas escolas em geral” (5,1% da amostra geral), a qual diz respeito, principalmente, a incidentes que ocorrem no entorno das escolas.

Essa categoria abarca um tipo de violência que, muitas vezes, remete à falta de segurança ou à violência na comunidade, como no caso de escolas situadas em áreas de tráfico de drogas, vitimadas por tiroteios e por ações de traficantes e da própria polícia. Isso não quer dizer que casos de violência intramuros, internos às escolas, não tenham repercutido. Há registros de situações envolvendo estudantes entre si, e entre estudantes e professores, mas com menor frequência.

Tal resultado aponta para uma relação entre a cobertura da educação propriamente dita – ou seja, os textos que têm a educação como tema principal – e o noticiário cujos temas principais são a violência e a segurança pública. Como foi mencionado anteriormente, a violência foi um dos temas de destaque das matérias que não têm a educação como tema principal.

A análise dos textos sobre violência reforça essa tendência da cobertura. Como mostra a Tabela 13, a categoria “outros” – que abrange a violência ao redor das escolas, seu impacto na rotina escolar e outros episódios –, responde por mais da metade das notícias (55,4%). A violência física surge em segundo lugar e com uma diferença significativa entre os tipos de veículos: 31% no Portal G1 e 8,2% nos jornais nacionais. Em terceiro lugar está a violência psicológica, popularizada como *bullying* (12,9%).

Tabela 13 – Tipos de violência

Tipos de violência	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Física	31,2%	8,2%	16,7%	25,2%
Psicológica/moral/ <i>bullying</i>	11,1%	19,2%	11,1%	12,9%
sexual	8,1%	6,8%	5,6%	7,7%
Institucional	6,0%	12,3%	5,6%	7,4%
Outra	54,7%	57,5%	55,6%	55,4%
Não foi possível identificar	2,1%	6,8%	5,6%	3,4%

Válido apenas para as matérias que mencionam casos de violência.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

3.6 A COBERTURA SOBRE PROTAGONISMO ESTUDANTIL

O protagonismo estudantil foi mais uma das questões investigadas nesta pesquisa. Ações conduzidas pelo corpo discente foram mencionadas em 10,4% das matérias da amostra. Parte significativa delas (8,1% da amostra) repercutiu as ocupações de escolas em vários estados brasileiros no ano de 2016, em protesto contra a reforma do ensino médio e o estabelecimento de um limite para os gastos público em nível federal.

AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS

Em outubro de 2016, uma mobilização estudantil resultou na ocupação de mais de mil escolas e universidades em diversas unidades da Federação, especialmente no Paraná.

O movimento foi um protesto contra a reforma do ensino médio e a PEC 241/55, duas das primeiras medidas do então presidente Michel Temer envolvendo a área da educação, após ele ter assumido definitivamente o governo em agosto daquele ano. Em 22 de setembro, Temer enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 746, que instituiu um novo formato para o ensino médio. Os estudantes foram contrários ao fato de a MP ter sido apresentada ao Congresso sem debate prévio e, por isso, passaram a reivindicar a suspensão das duas medidas, entre outras demandas, como mais investimentos, melhores condições de infraestrutura e melhora da qualidade da merenda escolar.

Os demais textos se referem à atuação de estudantes em outras áreas, como meio ambiente (promoção de ações de preservação ambiental), tecnologia da informação (apoio ao desenvolvimento de tecnologias), diversidade e convivência (eventos e ações de inclusão de públicos específicos) e como sujeitos de direitos que se unem como grupo para apoiar reivindicações de outras categorias, como em greves de professores.

Tabela 14 – Protagonismo estudantil

Menciona protagonismo estudantil	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	9,1%	13,4%	8,5%	10,4%
Não	90,9%	86,6%	91,5%	89,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 15 – Ocupações de escolas

Menciona ocupações de escolas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	6,3%	11,4%	8,5%	8,1%
Não	93,7%	88,6%	91,5%	91,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

A cobertura jornalística das ocupações ocorreu de forma relativamente contextualizada, uma vez que, ao mencioná-las, a maior parte das matérias (75%) também apresentou os motivos que desencadearam o movimento.

As duas razões citadas com mais frequência para explicar as ocupações são a PEC dos gastos públicos (36,7%) e a reforma do ensino médio (33,1%). No entanto, observa-se que tanto a PEC quanto a reforma são mais mencionadas no portal e nos jornais nacionais. Nos jornais regionais, outros elementos surgem com frequência igual ou maior, tais como as condições de trabalho do corpo docente, a infraestrutura escolar e a qualidade do ensino em geral.

Vale mencionar ainda os protestos em função da má qualidade ou da falta de recursos para a compra da merenda escolar – que representam 16,8% das notícias dos jornais nacionais –, como mostra a Tabela 16.

Tabela 16 – Motivo das ocupações de escolas

Motivo das ocupações	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Protesto contra a PEC 241/55, que limita o teto dos gastos públicos	48,8%	28,8%	14,8%	36,7%
Protesto contra a reforma do ensino médio	45,0%	25,6%	11,1%	33,1%
Protesto pela qualidade ou falta de recursos para merenda escolar	9,3%	16,8%	0,0%	11,7%
Protesto pela qualidade da infraestrutura das escolas	5,4%	11,2%	14,8%	8,9%
Protesto pela qualidade do ensino público de forma geral	6,2%	10,4%	11,1%	8,5%
Protesto por melhores condições de trabalho para os professores	4,7%	4,8%	29,6%	7,1%
Protesto contra a gestão educacional na esfera estadual	7,8%	5,6%	3,7%	6,4%
Protesto contra a transferência de gestão de escolas públicas para as OS (privatização)	3,9%	4,8%	7,4%	4,6%
Protesto contra o movimento <i>Escola sem Partido</i> e o PLS 193/2016	3,1%	2,4%	3,7%	2,8%
Protesto contra a gestão da educação na esfera federal em geral	0,8%	1,6%	0,0%	1,1%
Protesto contra a gestão educacional na esfera municipal em geral	0,0%	1,6%	0,0%	0,7%
Protesto contra o <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rousseff	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outro	3,9%	10,4%	7,4%	7,1%
Não menciona o motivo das ocupações	19,4%	26,4%	44,4%	24,9%

Válido apenas para as matérias que mencionam ocupações.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Ainda no recorte de notícias que mencionam as ocupações, 20,6% delas relataram as atividades desenvolvidas nas escolas ocupadas, e 28,5% ouviram os estudantes que participaram do movimento, dados que indicam um bom nível de contextualização da cobertura desses episódios. Os jornais regionais apresentaram percentuais mais baixos nesses dois quesitos do que o portal e os jornais nacionais, como também foi observado em relação aos motivos das ocupações.

Tabela 17 – Atividades desenvolvidas nas ocupações

Menciona atividades desenvolvidas nas ocupações	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	20,9%	21,6%	14,8%	20,6%
Não	79,1%	78,4%	85,2%	79,4%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam ocupações.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 18 – Estudantes ocupantes como fontes

Estudantes ocupantes são fontes ouvidas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	25,6%	34,4%	14,8%	28,5%
Não	74,4%	65,6%	85,2%	71,5%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam ocupações.

Fonte: ANDI/UNESCO

Se, por um lado, parte dos estudantes ativos nas ocupações encontraram espaço de fala nas matérias que abordaram o assunto, por outro, aqueles que não aderiram aos movimentos foram sub-representados nas matérias, figurando entre as fontes ouvidas de apenas 3,2% desse conjunto de textos.

Tabela 19 – Estudantes não ocupantes como fontes

Estudantes que não participaram das ocupações são fontes ouvidas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	1,6%	4,8%	3,7%	3,2%
Não	98,4%	95,2%	96,3%	96,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam ocupações.

Fonte: ANDI/UNESCO

Os veículos monitorados também se comportaram de maneira distinta em relação à repressão às ocupações. Se for considerado o total de notícias desse recorte, 18,9%

mencionam a repressão do poder público aos estudantes que aderiram aos movimentos. Ao desagregar esses dados por tipo de veículo, observa-se um percentual significativamente maior (31,2%) entre os jornais nacionais e menor nos outros dois grupos: portal (10,1%) e jornais regionais (3,7%).

Ao avaliar a repressão, 100% das notícias veiculadas nos jornais regionais a consideraram inadequada. Essa tendência foi seguida pelos jornais nacionais, nos quais a maioria das matérias também trouxe esse tipo de opinião (30,8%). Já no portal, houve um equilíbrio entre as matérias que consideraram a repressão adequada e inadequada (15%). Destaca-se, ainda, que nos dois últimos grupos de veículos (G1 e jornais nacionais) cerca de 50% das notícias não se posicionaram quanto à repressão às ocupações nas escolas, limitando-se a descrevê-las ou a mencioná-las lateralmente.

Tabela 20 – Repressão às ocupações

Menciona a repressão às ocupações nas escolas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	10,1%	31,2%	3,7%	18,9%
Não	89,9%	68,8%	96,3%	81,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam ocupações.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 21 – Avaliação sobre a repressão

Avaliação sobre a repressão às ocupações	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Adequada	15,4%	15,4%	0,0%	15,1%
Inadequada	15,4%	30,8%	100,0%	28,3%
Não foi possível identificar	15,4%	2,6%	0,0%	5,7%
Não se posiciona, limita-se a mencioná-la e/ou descrevê-la	53,8%	51,3%	0,0%	50,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam repressão às ocupações.

Fonte: ANDI/UNESCO

3.7 A COBERTURA DA PEC 241/55

Um dos temas que mobilizaram a sociedade e marcaram presença no noticiário em 2016 e 2017 foi a fixação de um “gasto público” em nível federal, consolidado com a aprovação da PEC 241/55 pelo Senado Federal, em 15 de dezembro de 2016, e transformada na EC 95¹². A medida afetou todas as áreas do governo federal, inclusive a educação, e provocou debates quanto a suas consequências para as políticas e os programas governamentais.

O TETO DOS GASTOS PÚBLICOS

A EC 95/2016 criou uma norma, incorporada à Constituição Federal, que estabelece um limite para os gastos do governo federal: estes não podem ser maiores do que a inflação do ano anterior. O objetivo é economizar dinheiro para pagar a dívida pública.

A medida é válida para todas as áreas do governo, inclusive a educação, e afeta diretamente essa área.

Além de produzir impactos sobre a manutenção de políticas e ações na área da educação, os especialistas apontam que a medida deve prejudicar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece que, até 2019, o Brasil deve investir 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação e, até 2024, 10% do PIB. Além da Meta 20, que prevê o aumento do volume de investimentos, devem ser afetadas outras metas relacionadas à expansão do atendimento, à melhoria da qualidade e à valorização dos profissionais da educação.

A PEC/EC foi o foco central de 2,3% do total de matérias analisadas, incluindo aquelas com dimensão mínima, conforme demonstra a Tabela 9, acima.

As menções à PEC 241/55 ou à EC 95, independentemente de serem o foco central da matéria, estão contabilizadas na Tabela 22, a seguir, a qual também revela que a discussão sobre o teto dos gastos está presente em 5,4% do total das matérias.

Tabela 22 – PEC 241/EC 95 – Teto dos gastos

Menciona a PEC 241/95 ou a EC 95	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	4,6%	7,0%	5,6%	5,4%
Não	95,4%	93,0%	94,4%	94,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

12 BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 16 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>.

Quando é analisado apenas o conjunto de matérias que mencionam a PEC/EC, percebem-se algumas discrepâncias de abordagem entre os jornais e o portal. Os jornais nacionais e regionais apresentaram mais informações tanto sobre a medida em si – no que ela consiste e como será implementada –, quanto sobre suas implicações para a área da educação.

Tabela 23 – Informações sobre a PEC 241/EC 95

Menciona informações sobre a PEC 241 ou a EC 95	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	7,4%	19,5%	22,2%	13,7%
Não	92,6%	80,5%	77,8%	86,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a PEC 241 ou a EC 95.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 24 – Informações sobre “congelamento” na educação

Menciona informações sobre o “congelamento” na educação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	5,3%	19,5%	5,6%	11,1%
Não	94,7%	80,5%	94,4%	88,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a PEC 241 ou a EC 95.

Fonte: ANDI/UNESCO

De maneira geral, os veículos analisados na pesquisa têm uma visão mais negativa do que positiva sobre o impacto da PEC/EC na educação – 11,1% (negativo) ante 5,3% (positivo). Entre eles, o portal apresenta uma leitura mais posicionada em relação aos impactos negativos da PEC/EC do que os jornais regionais. Os jornais nacionais equilibram-se entre matérias com abordagens positivas e negativas. Esse grupo de veículos (de alcance nacional) tem o maior percentual de notícias com alguma reflexão sobre os impactos da PEC na área da educação (39%).

Tabela 25 – Impactos da PEC 241/EC 95 na educação

Menciona impactos da PEC 241/55 na educação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim, positivos	0,0%	10,4%	11,1%	5,3%
Sim, negativos	12,6%	11,7%	0,0%	11,1%
Sim, positivos e negativos	1,1%	5,2%	0,0%	2,6%
Não foi possível identificar	4,2%	11,7%	0,0%	6,8%
Não menciona impactos da PEC na educação	82,1%	61,0%	88,9%	74,2%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a PEC 241 ou a EC 95.

Fonte: ANDI/UNESCO.

Os aspectos positivos mencionados nas matérias dizem respeito à garantia de recursos futuros por meio da limitação dos gastos. Por outro lado, o elenco de aspectos negativos citados inclui o comprometimento da qualidade do ensino, a possibilidade de perdas salariais para os profissionais da educação, a dificuldade para o cumprimento de acordos e metas já estabelecidas, como as metas do PNE, e a precarização da educação de modo geral.

A análise por ano revela que o noticiário sobre a PEC 241/55 concentrou-se em 2016, quando a reforma do ensino médio e a BNCC foram anunciadas pelo governo federal. A primeira foi citada em 8,6% dos textos em 2016 e em 0,9% dos textos em 2017.

3.8 A COBERTURA SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A reforma do ensino médio foi o foco central de 1,5% das matérias da amostra. Considerando apenas as matérias cujo foco é a educação, a reforma do ensino médio foi tema de 1,7% dos textos.

Na amostra total, considerando todas as menções à medida, chega-se a 6% do total dos textos analisados. Observa-se que esse percentual é maior do que o de notícias que mencionam a MP 746¹³, que estabeleceu a reforma (2,7%). O resultado dessa discrepância é que parte da cobertura aborda a reforma sem contextualizá-la em relação ao instrumento legal que a instituiu.

Tabela 26 – Reforma do ensino médio

Menciona a reforma do ensino médio	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	4,4%	8,6%	7,2%	6,0%
Não	95,6%	91,4%	92,8%	94,0%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

No conjunto de matérias que mencionam a reforma, 45% informam que ela foi estabelecida por meio de MP. Se for calculado em relação à amostra total, esse percentual corresponde exatamente aos 2,7% que mencionaram a MP 746 na Tabela 44 (ver tópico “Referência à legislação”, mais à frente).

Tabela 27 – Menciona a reforma por MP

Menciona que a reforma foi estabelecida por meio de MP	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	47,8%	45,7%	34,8%	45,4%
Não	52,2%	54,3%	65,2%	54,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a reforma do ensino médio.

Fonte: ANDI/UNESCO

13 BRASIL. Congresso Nacional. *Medida Provisória nº 746*, de 2016 (Reformulação Ensino Médio). Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>.

Ainda no recorte das matérias que mencionam a reforma do ensino médio, 16,9% delas a relacionam à BNCC. Os jornais nacionais e regionais conseguiram produzir um volume maior de conteúdo que aborda essa relação. Nesses dois grupos de veículos, a proporção dos textos que fazem essa associação chega a um quarto. No Portal G1, o percentual alcançado foi de 6,7%.

Tabela 28 – Reforma e BNCC

Relaciona a reforma à BNCC	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	6,7%	24,5%	26,1%	16,9%
Não	93,3%	75,5%	73,9%	83,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a reforma do ensino médio.

Fonte: ANDI/UNESCO.

No geral, a abordagem sobre a reforma do ensino médio não teve um caráter analítico, no sentido de apontar aspectos positivos ou negativos da medida. É o que se pode inferir, ao observar que 68% das notícias não apresentam argumentos favoráveis ou contrários à proposta. Essa postura é mais evidente na cobertura do portal, no qual se observa a ausência de argumentações em 80% das notícias veiculadas.

Tabela 29 – Argumentos sobre a reforma

Menciona argumentos sobre a reforma	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Favoráveis	0,0%	16,0%	13,0%	8,7%
Contrários	5,6%	16,0%	13,0%	11,1%
Favoráveis e contrários	2,2%	8,5%	8,7%	5,8%
Não foi possível identificar	4,4%	6,4%	8,7%	5,8%
Não apresenta argumentos	87,8%	53,2%	56,5%	68,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam a reforma do ensino médio.

Fonte: ANDI/UNESCO

Entretanto, chama atenção a proporção de matérias nos veículos nacionais e regionais (46,8% e 43,5%) que apresentam posicionamentos em relação à medida. Nesse universo, destaca-se o equilíbrio na distribuição dos argumentos contrários e favoráveis.

O principal argumento a favor da reforma foi a *flexibilização do currículo*, um dos principais problemas do ensino médio brasileiro na visão de diversos especialistas (43,3% do total). A *valorização do ensino técnico* foi o segundo argumento mais citado como positivo (20%), seguido do *aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho* (20%). Vale notar que, se somados, os dois últimos argumentos se aproximam do primeiro da lista, o que aponta para uma valorização, na cobertura jornalística e nos veículos analisados, das questões relacionadas à formação profissionalizante de nível médio.

Tabela 30 – Argumentos favoráveis à reforma

Argumentos favoráveis à reforma	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Flexibilização/liberdade para o estudantes escolherem sua trajetória de ensino	50,0%	47,8%	20,0%	43,3%
Valorização do ensino técnico	0,0%	13,0%	60,0%	20,0%
Aumento das oportunidades de inserção dos estudantes no mercado de trabalho	0,0%	21,7%	20,0%	20,0%
Valorização da educação integral	50,0%	13,0%	20,0%	16,7%
Redução das desigualdades na qualidade do ensino	0,0%	8,7%	20,0%	10,0%
A reforma é uma questão de urgência	0,0%	0,0%	20,0%	3,3%
Outros	0,0%	17,4%	0,0%	13,3%

Válido apenas para as matérias que mencionam argumentos favoráveis à reforma do ensino médio.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Entre os aspectos contrários, a *falta de debate prévio* empata com a *eliminação da obrigatoriedade de disciplinas* – ambos com 40%. Aspectos estruturais, relacionados às *condições de implementação da reforma*, aparecem como aspectos negativos, mas de maneira secundária, como a *inadequação entre a proposta e o orçamento* (17,1%), o segundo motivo mais citado. Em terceiro lugar está a *possibilidade de a medida acentuar as desigualdades já existentes*, seguida da impossibilidade de os sistemas de ensino oferecerem todos os *itinerários formativos* previstos no novo formato do currículo do ensino médio (8,6%).

Tabela 31 – Argumentos contrários à reforma

Argumentos contrários à reforma	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Falta de debate prévio sobre a proposta	28,6%	47,8%	20,0%	40,0%
Eliminação da obrigatoriedade de determinadas disciplinas	28,6%	52,2%	0,0%	40,0%
Inadequação entre a proposta e os recursos orçamentários a ela destinados	0,0%	17,4%	40,0%	17,1%
O formato proposto aprofundará as desigualdades na qualidade do ensino ofertado a estudantes com maior ou menor poder aquisitivo	14,3%	13,0%	20,0%	14,3%
Impossibilidade de as redes oferecerem todas as modalidades, o que inviabiliza que os jovens escolham de fato suas trajetórias	14,3%	8,7%	0,0%	8,6%
Possibilidade de contratação de “profissionais com notório saber”, professores sem diploma	0,0%	13,0%	0,0%	8,6%
Desvalorização da formação crítica	0,0%	4,3%	0,0%	2,9%
Outros	42,9%	17,4%	40,0%	25,7%

Válido apenas para as matérias que mencionam argumentos contrários à reforma do ensino médio.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

No item “outros”. foram mencionados ainda: a *precarização da educação em geral*, a *terceirização de professores* e a *implementação do ensino em tempo integral*.

A cobertura da reforma do ensino médio concentrou-se em 2016, ano em que a medida foi anunciada pelo governo federal: em 4,2% dos textos em 2016 e em 0,6% no ano de 2017. Tal discrepância pode indicar uma cobertura orientada pelos aspectos factuais, em detrimento dos debates de fundo relacionados à configuração do novo ensino médio no que diz respeito à sua implementação.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A reforma do ensino médio estabelece um novo formato para esse nível de ensino no país, ao flexibilizar sua estrutura e seus conteúdos. Em setembro de 2016, logo após assumir oficialmente o governo, o presidente Michel Temer apresentou ao Congresso Nacional uma medida provisória (MP 746/2016), elaborada pelo Ministério da Educação (MEC).

Na época, já tramitava no Congresso um projeto de lei (6.840/2013) que previa alterações no ensino médio, o que gerou críticas à MP e a defesa da continuidade do processo em andamento e dos debates.

A reforma proposta por Temer foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente em fevereiro de 2017. Contudo, sua plena implementação nas escolas depende da aprovação da BNCC, em análise no CNE.

Segundo a nova organização, o ensino médio conta com cinco áreas de concentração: *linguagens e suas tecnologias*; *matemática e suas tecnologias*; *ciências da natureza e suas tecnologias*; *ciências humanas e sociais aplicadas*; e *formação técnica e profissional*. O currículo se divide em um *núcleo básico* (60%) e em cinco *itinerários formativos* (40%). A carga horária será progressivamente ampliada para 1,4 mil horas – atualmente são 800 horas.

O conteúdo do núcleo básico será estabelecido pela BNCC. Os itinerários formativos têm o objetivo de oferecer opções aos estudantes, a fim de que eles direcionem sua formação conforme seu desejo. As redes de ensino e as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários.

Algumas das principais características da reforma consistem em atribuir um novo peso ao ensino técnico e incentivar a ampliação da oferta de ensino em tempo integral, tendo em vista tornar a formação mais significativa para os jovens e solucionar uma das críticas centrais ao atual modelo: o fato de o ensino ser pouco estimulante e pouco alinhado com seus interesses.

3.9 A COBERTURA SOBRE A BNCC

A BNCC é o foco principal de 0,6% das matérias da amostra. Considerando apenas os textos cujo tema principal é a educação, a BNCC foi assunto de 1,1% desse universo.

No entanto, conforme observado na Tabela 44 (ver tópico “Referência à legislação”, mais à frente), a BNCC foi um dos marcos legais mais mencionados ao longo do período de análise, correspondendo a 2,1% dos textos – independentemente de a educação ser ou não o tema principal. A análise desse conjunto de textos indica que a cobertura apresenta uma leitura mais positiva do que negativa do documento e de suas diretrizes.

Entre os fatores positivos citados nos textos analisados estão a *construção participativa* do documento, empatado com a *adequação na definição do currículo* – cada um com 20,3%. A *definição de objetivos da aprendizagem* é citada como um aspecto positivo da BNCC em 16,2% dos textos, e a *equalização do padrão de ensino*, em 12,2% deles.

Tabela 32 – Aspectos positivos da BNCC

Aspectos positivos da BNCC	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Construção participativa (participação da comunidade escolar e da sociedade civil na etapa de discussão)	0,0%	20,0%	41,7%	20,3%
Adequação na definição do conteúdo (currículo adequado)	33,3%	20,0%	8,3%	20,3%
Definição de objetivos da aprendizagem	8,3%	16,0%	25,0%	16,2%
Equalização do padrão de ensino	0,0%	16,0%	8,3%	12,2%
Ganhos nos processos de avaliação da qualidade do ensino	0,0%	10,0%	8,3%	8,1%
Currículo pautado por competências	8,3%	4,0%	8,3%	5,4%
Valorização da diversidade, da empatia e do respeito ao outro como uma competência a ser desenvolvida	8,3%	4,0%	8,3%	5,4%
Currículo pautado em competências socioemocionais	0,0%	2,0%	8,3%	2,7%
Outros	8,3%	12,0%	8,3%	10,8%
Não menciona aspectos positivos	50,0%	48,0%	41,7%	47,3%

Válido apenas para as matérias que mencionam a BNCC.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

No que diz respeito aos aspectos negativos, aparecem as *lacunas na definição do conteúdo* (5,4%) e a *exclusão de conceitos importantes relacionados à diversidade* (2,7%).

Tabela 33 – Aspectos negativos da BNCC

Aspectos negativos da BNCC	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Lacunas na definição do conteúdo (currículo inadequado)	8,3%	4,0%	8,3%	5,4%
Exclusão de conceitos importantes relacionados à diversidade, como “orientação sexual”	0,0%	4,0%	0,0%	2,7%
Dificuldade de participação efetiva da comunidade escolar e da sociedade civil na etapa de discussão (privilegio ao campo acadêmico e subalternização da comunidade escolar)	0,0%	2,0%	0,0%	1,4%
Padronização do currículo e desatenção às especificidades locais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	2,0%	16,7%	4,1%
Não menciona aspectos negativos	91,7%	90,0%	75,0%	87,8%

Válido apenas para as matérias que mencionam a BNCC.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Na categoria “outros” figuram questões relacionadas à *adequação dos livros didáticos* e à *formação continuada dos professores*, dificuldades que deverão ser discutidas no processo de implementação da BNCC.

A análise por ano mostra que a BNCC foi assunto de 2,3% das notícias sobre educação em 2016, e de 1,9%, no ano seguinte. Esse aspecto chama atenção, pois, em 2017, o MEC apresentou o texto da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental ao CNE, bem como ocorreram a aprovação e a homologação do documento. No total, 52,7% das matérias que mencionam a BNCC destacaram seus aspectos positivos; já seus aspectos negativos foram citados em 12,2%.

3.10 A COBERTURA SOBRE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

As questões relacionadas à diversidade e à inclusão são consideradas centrais para assegurar a aprendizagem e a superação das desigualdades na área da educação. No entanto, não se pode negligenciar os desafios inerentes à convivência que existem no ambiente escolar, o que impõe desafios tanto no campo dos relacionamentos, quanto na adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Tal dificuldade pode levar à configuração de um ambiente escolar marcado pela intolerância, pela não aceitação e pela violência.

Nesse sentido, vale destacar que o debate sobre diversidade e inclusão foi pouco abordado na cobertura jornalística sobre educação. Apenas 1% das matérias apresentou ou discutiu estratégias para a promoção do convívio na escola, e a educação inclusiva esteve presente em 1,2% dos textos.

As estratégias para a promoção do convívio foram pouco citadas e estão descritas na Tabela 34. Entre elas, aparecem a *possibilidade de utilização do nome social*, uma reivindicação do movimento LGBTI acolhida pelo MEC, em Resolução homologada por esse órgão em janeiro de 2017; e o ensino da *língua brasileira de sinais* (Libras), ambas inscritas na categoria “outros”.

Tabela 34 – Estratégias para promover o convívio na escola

Estratégias para promover o convívio	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Promover atividades extracurriculares que trabalhem o princípio do respeito à diferença.	0,3%	0,5%	0,0%	0,3%
Inserir a temática da diversidade no conteúdo curricular.	0,3%	0,2%	0,0%	0,2%
Inserir a temática da diversidade no plano pedagógico na escola.	0,1%	0,1%	0,3%	0,1%
Abordar o tema da diversidade em sala de aula.	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%
Promover trabalhos em grupo sobre o tema da diversidade.	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Promover a formação continuada de professores na área de educação em direitos humanos (EDH) ou temas correlatos.	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Outros	0,5%	0,3%	0,0%	0,4%
A matéria não menciona estratégias para promover/valorizar o convívio entre diferentes no ambiente escolar.	98,7%	99,0%	99,7%	98,9%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 35 – Educação inclusiva

Menciona a educação inclusiva	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	1,2%	1,4%	0,0%	1,2%
Não	98,8%	98,6%	100,0%	98,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Embora a educação inclusiva não seja um tema frequente na cobertura sobre educação, a abordagem dessa questão é realizada de maneira positiva. Nos dois grupos de veículos em que foram registradas notícias sobre a inserção de estudantes com deficiência no ensino regular, os argumentos favoráveis foram maioria. No portal, 40% das matérias abordaram a

educação inclusiva como positiva; 4% o fizeram negativamente; outros 4% se equilibraram entre posicionamentos favoráveis e contrários; e 48% não se posicionaram, detendo-se em uma leitura mais factual. Por outro lado, nos jornais nacionais, as matérias com argumentos favoráveis somaram 80% do total, sem nenhum argumento contrário.

Tabela 36 – Avaliação da educação inclusiva

Avaliação da educação inclusiva	Portal G1	Jornais nacionais	Total
Favoráveis	40,0%	80,0%	55,0%
Contrárias	4,0%	0,0%	2,5%
Favoráveis e contrárias	4,0%	0,0%	2,5%
Não foi possível identificar	4,0%	0,0%	2,5%
Não se posiciona, limita-se a mencioná-la e/ou descrevê-la	48,0%	20,0%	37,5%
Total	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam educação inclusiva.

Fonte: ANDI/UNESCO

4 – ASPECTOS JORNALÍSTICOS DA COBERTURA

4.1 FONTES CONSULTADAS E ENTREVISTADAS

O *poder público* foi a fonte de informação mais consultada (52,4%). Se considerada a amostra geral, o Executivo federal e seus órgãos (16,5%), o estadual (13,8%) e o municipal (15,1%) dividiram de forma equilibrada o posto de fonte mais ouvida. No governo federal, destaca-se o MEC, com média de 6,9% e com maior participação nos jornais nacionais (12,2%). Destaque também vai para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com percentual similar, ouvido em 6,1% do total de notícias.

A *comunidade escolar* – na figura dos estudantes, professores e familiares (excluídos os dirigentes das instituições de ensino) – ocupa o segundo lugar, com 23,4% do total. Em seguida estão os *dirigentes das instituições de ensino* (9,5%). Chama atenção a participação pouco expressiva da *sociedade civil*, seja por meio das associações da área de educação ou por meio de organizações da sociedade civil (OSCs). Em 16,9% das notícias não foi possível identificar as fontes consultadas.

Quase metade das matérias (49,8%) valeram-se de mais de uma fonte na construção das suas narrativas (Tabela 38).

Chama atenção o papel desempenhado pela *polícia*, na condição de fonte consultada – o que está relacionado, como foi apresentado anteriormente, ao destaque do tema *violência* no universo de notícias analisadas.

Tabela 37 – Fontes consultadas

Fontes consultadas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Poder público	53,9%	51,1%	47,3%	52,4%
Executivo federal	1,6%	4,4%	5,6%	2,9%
Ministério da Educação (MEC)	3,7%	12,2%	8,8%	6,9%
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Conselho Nacional de Educação (CNE)	0,0%	0,2%	0,3%	0,1%
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	6,5%	5,4%	5,3%	6,1%
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fontes consultadas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	0,3%	1,0%	1,9%	0,7%
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	0,0%	0,2%	0,6%	0,1%
Executivo estadual	14,8%	11,9%	14,4%	13,8%
Executivo municipal	19,8%	7,8%	10,0%	15,1%
Polícia (Militar ou Civil)	10,7%	6,6%	2,2%	8,6%
Judiciário	2,7%	3,8%	2,8%	3,0%
Ministério Público	4,2%	2,3%	3,4%	3,5%
Tribunal de Contas da União (TCU)	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Controladoria-Geral da União (CGU)	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Legislativo federal	0,4%	5,2%	1,6%	2,0%
Legislativo estadual ou distrital	0,8%	2,4%	1,6%	1,4%
Legislativo municipal	0,7%	1,5%	0,9%	1,0%
Dirigentes de instituições de ensino	10,5%	7,8%	9,4%	9,5%
Dirigentes de instituições públicas de educação básica	8,6%	3,7%	4,4%	6,7%
Dirigentes de instituições privadas de educação básica	1,3%	3,7%	3,4%	2,2%
Dirigentes de universidades e faculdades públicas	0,6%	0,5%	0,9%	0,6%
Dirigentes de universidades e faculdades privadas	0,0%	0,1%	0,9%	0,1%
Associações de estudantes	0,9%	2,5%	0,9%	1,4%
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)	0,2%	0,7%	0,9%	0,5%
União Nacional dos Estudantes (UNE)	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%
Outras associações de estudantes	0,7%	1,7%	0,3%	1,0%
Especialistas/técnicos	2,7%	8,8%	9,7%	5,2%
Organismos internacionais	0,2%	2,7%	2,8%	1,2%
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	0,0%	1,6%	1,6%	0,7%
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Outros organismos internacionais	0,1%	0,8%	1,3%	0,5%
Conselhos de Educação	0,2%	0,5%	0,3%	0,3%
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)	0,1%	0,5%	0,6%	0,3%
Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)	0,0%	0,2%	0,9%	0,1%
Associações setoriais da área de ensino	0,1%	0,6%	0,3%	0,3%

Fontes consultadas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Conselhos tutelares e de direitos	0,8%	0,2%	0,3%	0,5%
Outros conselhos	0,4%	0,6%	0,0%	0,4%
Universidades	5,5%	7,0%	9,1%	6,3%
Organizações da Sociedade Civil (OSC)	1,3%	4,2%	3,1%	2,4%
Fundações/instituições	1,4%	3,8%	3,1%	2,3%
Associações	1,7%	3,3%	2,5%	2,3%
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%
Sindicatos e outras confederações	5,4%	3,1%	6,0%	4,8%
Empresas não estatais (exceto as do setor de educação)	4,0%	4,3%	7,2%	4,4%
Empresas estatais	0,4%	0,2%	0,0%	0,3%
Estudantes	15,8%	12,9%	12,2%	14,6%
Professores	8,0%	6,1%	8,2%	7,4%
Familiares	8,2%	4,0%	4,7%	6,6%
Outros cidadãos	6,9%	5,2%	6,6%	6,3%
Outros	4,5%	7,3%	5,6%	5,5%
Não foi possível identificar as fontes consultadas	18,1%	14,7%	16,0%	16,9%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 38 – Mais de uma fonte consultada

Mais de uma fonte consultada	Portal G1	Veículos nacionais	Veículos regionais	Total
Sim	48,9%	50,5%	53,0%	49,8%
Não	51,1%	49,5%	47,0%	50,2%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Quando se trata de entrevistas, os entrevistados, seja pelo portal ou pelos jornais *online*, são predominantemente representantes do *poder público* (autoridades políticas e gestores públicos) que, somados, representam 45% da amostra. Destaque para as *autoridades políticas*, ouvidas com mais frequência (32,1%), enquanto os *especialistas* são o segundo grupo mais entrevistado (30,2%).

Os integrantes da *comunidade escolar*, como diretores, coordenadores e professores ocupam menos espaço.

Chama atenção o fato de que, no universo investigado, não foram identificadas entrevistas com OSCs e organismos internacionais, nem com estudantes e familiares. Essa característica aponta para a necessidade de se compreender os motivos da ausência desses atores, relevantes para o debate público sobre educação; da mesma forma, pode indicar a tendência de se priorizar a perspectiva oficial nos textos analisados.

Tabela 39 – Entrevistados

Entrevistados	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Autoridades políticas	33,3%	34,5%	22,2%	32,1%
Especialistas	26,7%	31,0%	33,3%	30,2%
Gestores públicos	26,7%	3,4%	22,2%	13,2%
Gestores escolares (diretores, coordenadores)	0,0%	10,3%	0,0%	5,7%
Professores	6,7%	3,4%	0,0%	3,8%
Organizações da Sociedade Civil (OSC)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Organismos internacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Estudantes	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Familiares	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	6,7%	17,2%	22,2%	15,1%
Total	100%	100%	100%	100%

* Válido apenas para as entrevistas.

Fonte: ANDI/UNESCO

4.2 USO DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Estatísticas, índices e indicadores são, mais e mais, utilizados no jornalismo de educação, pois permitem dimensionar os efeitos das políticas públicas, bem como verificar sua evolução ao longo do tempo. Por isso, são essenciais para fundamentar o debate público, bem como para nortear as decisões no campo da gestão de programas e políticas.

A análise da cobertura sobre educação entre 2016 e 2017 no universo investigado demonstra que 15,3% das notícias contextualizaram os fatos a partir de indicadores ou dados estatísticos. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) esteve presente em 1% dos textos. A maior parcela dos textos que incorporam indicadores ou estatísticas citam outros tipos de taxas e dados – 14,3% do total.

Parte significativa (24,5%) das matérias que mencionaram estatísticas, o fez de forma comparativa – o que é um sinal positivo, na medida em que indica que esses textos trazem elementos que permitem que o público contextualize as informações apresentadas. As comparações no âmbito nacional, entre estados e municípios, por exemplo, foram as mais frequentes (21,8%). Pouco mais de 10% das notícias veiculadas nos jornais nacionais e regionais também realizaram comparações internacionais.

Tabela 40 – Indicadores e estatísticas educacionais

Menciona indicadores educacionais	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
IDEB	0,3%	1,8%	2,2%	1,0%
Outros indicadores nacionais ou estatísticas em geral (taxas, percentuais)	12,0%	17,8%	16,8%	14,3%
Indicadores internacionais	0,0%	0,5%	1,6%	0,3%
Não menciona indicadores ou estatísticas educacionais	87,7%	80,6%	79,8%	84,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 41 – Comparação dos indicadores

Compara os indicadores	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim, nacionalmente	19,9%	22,5%	27,0%	21,8%
Sim, internacionalmente	0,8%	10,3%	11,1%	5,8%
Não compara	79,3%	72,5%	69,8%	75,5%

Válido apenas para as matérias que mencionam indicadores educacionais.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Vale chamar atenção para o fato de que 7,1% das matérias analisadas citaram estatísticas de outras áreas, que não a da educação.

Tabela 42 – Estatísticas não educacionais

Menciona estatísticas não educacionais	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	5,1%	9,9%	10,3%	7,1%
Não	94,9%	90,1%	89,7%	92,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Quase metade das estatísticas apresentadas são identificadas como originárias do poder público (49%), com destaque para o INEP (14,2%), órgão vinculado ao MEC – o que não chega a surpreender, pois o Instituto é o principal produtor de estatísticas e indicadores educacionais do país. O MEC aparece como fonte em 9,7% das matérias que se valem de estatísticas. Organismos internacionais e universidades foram responsáveis pelas estatísticas publicadas em 5% e 5,6% das matérias, respectivamente.

As fontes dos dados não foram identificadas em pouco menos de um quarto do total de matérias (22,5%).

Tabela 43 – Fontes estatísticas

Fontes estatísticas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Poder público	56,0%	40,6%	51,0%	49,0%
MEC	6,0%	13,4%	11,1%	9,7%
Conselhos de Educação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
INEP	19,8%	9,2%	10,0%	14,2%
MCT e CNPq	0,0%	0,7%	0,0%	0,3%
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	0,0%	0,4%	0,0%	0,1%
CGU	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TCU	0,3%	0,4%	0,0%	0,3%
Outros órgãos do governo federal	6,6%	5,6%	10,0%	6,6%
Secretarias estaduais de Educação	9,7%	3,2%	6,7%	6,6%
Outros órgãos estaduais	7,9%	3,9%	8,9%	6,4%
Secretarias municipais de Educação	3,8%	1,4%	4,4%	2,9%
Outros órgãos municipais	7,5%	1,8%	1,1%	4,3%
IBGE	3,1%	6,7%	5,6%	4,9%
Outras instituições de pesquisas governamentais (IPEA, Fundação João Pinheiro, Fundação Seade)	0,3%	0,4%	3,3%	0,7%
Organismos internacionais	1,2%	8,3%	7,7%	5,0%
UNESCO	0,0%	0,4%	0,0%	0,1%
UNICEF	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
OCDE	0,3%	5,3%	7,8%	3,3%
Outros organismos internacionais (ONU, PNUD, BIRD, BID, FNUAP, UNIFEM etc.)	0,9%	3,5%	1,1%	2,0%
Universidades	5,0%	6,7%	4,4%	5,6%
Especialistas e pesquisadores da área	0,3%	1,8%	0,0%	0,9%
OSCs	1,6%	1,8%	1,1%	1,6%
Entidades privadas	2,8%	7,0%	11,1%	5,6%
Outra	12,9%	10,2%	8,9%	11,3%
Não foi possível identificar	18,9%	27,5%	20,0%	22,5%

Válido apenas para as matérias que mencionam indicadores educacionais ou outras estatísticas.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO

4.3.1 REFERÊNCIA À LEGISLAÇÃO

Os *marcos regulatórios* são elementos importantes de contextualização para a abordagem de uma determinada temática na imprensa, pois evidenciam os parâmetros para a atuação dos atores sociais. No caso específico da educação, a legislação rege seu escopo, as responsabilidades que cabem aos diferentes tipos de atores sociais, a organização dos sistemas de ensino e o financiamento, entre outros aspectos.

No universo pesquisado, a legislação foi mencionada em 18,7% da amostra total. Nos jornais nacionais e regionais, essa proporção sobe para cerca de 25%, ou seja, um quarto das matérias analisadas.

O período analisado foi marcado por duas mudanças importantes no campo da legislação educacional, as quais foram, justamente, as mais citadas no noticiário: a PEC 241/55, que estabeleceu um limite de gastos para o governo federal foi a mais mencionada nas matérias (5,5%), seguida pela medida provisória que instituiu a reforma do ensino médio, a MP 746/2016 (2,7%). Na sequência, estão a legislação ordinária (3,6%), a Constituição Federal (2,5%) e a BNCC (2,1%). Esse conjunto aponta para uma cobertura mais orientada para referências pontuais a determinada lei ou marco legal, sem necessariamente contextualizá-los em termos de suas implicações para as políticas educacionais e os desafios da educação brasileira.

Tabela 44 – Legislação

Legislação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Constituição Federal	1,3%	4,3%	3,4%	2,5%
BNCC	0,6%	4,6%	3,8%	2,1%
LDB	0,5%	1,2%	1,3%	0,8%
Lei 11.494/2007 – lei que regulamenta o Fundeb	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
Pareceres e resoluções do CNE	0,0%	0,1%	0,3%	0,1%
Pareceres e resoluções de conselhos estaduais de Educação	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Pareceres e resoluções de conselhos municipais de Educação	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	0,5%	0,5%	0,0%	0,4%
MP 746/2016 – reforma do ensino médio	2,1%	3,9%	2,5%	2,7%
Outras medidas provisórias	0,0%	0,4%	0,6%	0,2%
Legislação ordinária (leis, decretos, portarias etc.)	3,1%	4,1%	5,6%	3,6%
PLS 193/2016 – <i>Escola sem Partido</i>	0,5%	2,1%	1,6%	1,1%
PEC 241/EC 95 – <i>teto dos gastos</i>	4,7%	7,0%	5,6%	5,5%
Outras PECs	0,1%	0,5%	1,6%	0,3%

Legislação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Outros projetos de lei	2,0%	3,3%	2,2%	2,5%
Outra	2,6%	3,9%	2,8%	3,0%
Não cita legislação	86,4%	73,5%	75,5%	81,3%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

4.3.2 FINANCIAMENTO

As questões relacionadas ao *orçamento* e ao *financiamento* da educação foram mencionadas em 13,3% do total de matérias. Desse total, cerca de 40% – o que equivale a 5% do total da amostra – registram valores investidos.

No conjunto de textos que mencionam informações orçamentárias, os investimentos feitos pela União são os mais mencionados (20,1%), seguidos por aqueles feitos pelos estados (9,2%) e pelos municípios (8,8%).

Tabela 45 – Orçamento

Apresenta informação sobre orçamento	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	10,4%	17,7%	17,6%	13,3%
Não	89,6%	82,3%	82,4%	86,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 46 – Valores investidos em educação

Menciona valores investidos em educação no período de análise (2016 e 2017)	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim, investimentos feitos pela União	12,1%	27,4%	25,0%	20,1%
Sim, investimentos feitos pelos estados	13,5%	5,1%	7,1%	9,2%
Sim, investimentos feitos pelos municípios	14,0%	3,6%	7,1%	8,8%
Sim, investimentos feitos pelo setor público em geral	0,5%	1,0%	1,8%	0,9%
Sim, investimentos feitos pelo setor privado	1,4%	2,5%	1,8%	1,9%
Sim, sem especificar a origem	1,4%	1,5%	1,8%	1,5%
Não menciona	60,0%	59,4%	58,9%	59,6%

Válido apenas para as matérias que mencionam informações sobre orçamento.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

A análise da cobertura mostra que assuntos relevantes para o debate sobre o financiamento da educação básica brasileira – como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ou o custo aluno-qualidade (CAQ) – aparecem de modo residual no noticiário.

Também estão ausentes da maioria dos textos analisados aspectos importantes para a contextualização do tema, como as fontes de recursos para a educação básica ou a vinculação orçamentária – mecanismo constitucional que define percentuais mínimos de investimento em educação por parte da União (18% das receitas com impostos e transferências), estados e municípios (25% em cada nível).

Tabela 47 – Vinculação orçamentária

Menciona a vinculação orçamentária	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim, para a União	0,0%	0,6%	0,3%	0,2%
Sim, para estados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sim, para municípios	0,1%	0,0%	0,3%	0,1%
Sim, sem especificar	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
Não menciona	99,9%	99,2%	99,4%	99,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Com relação às fontes de financiamento (orçamento público, Fundeb, salário-educação, entre outras), o estudo mostra que cerca de 94% dos textos não as citam. Na amostra total, a indicação foi feita em apenas 6,4% dos textos.

Considerando os textos que mencionam fontes de financiamento, o orçamento público foi a fonte mais citada (3,7%), seguido pelo Fundeb (1,5%). O salário-educação ocupou um espaço quase inexpressivo, mencionado apenas pelos jornais nacionais em 0,2% dos seus textos.

O cenário muda um pouco quando se consideram as matérias que mencionam *orçamento*: nesse subconjunto, o percentual de referências a fontes de financiamento sobe para 47%.

Tabela 48 – Fontes de financiamento

Fontes de financiamento	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Orçamento público	2,2%	5,9%	5,6%	3,7%
Fundeb	1,7%	1,3%	0,9%	1,5%
Salário-educação	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
Outras contribuições sociais	0,2%	0,3%	0,9%	0,3%
Outras	0,9%	1,9%	1,9%	1,3%
Não menciona fontes de financiamento para a educação	95,5%	90,8%	91,2%	93,6%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Variável de marcação múltipla.

Fonte: ANDI/UNESCO

Outro aspecto que indica que as matérias analisadas tendem a passar ao largo dos debates relacionados ao financiamento educacional é a ausência de certos temas, como a discussão sobre a manutenção do Fundeb como fundo permanente, em andamento no Poder Legislativo: o assunto foi abordado apenas em 0,2% das matérias do portal e em 0,4% dos jornais nacionais. Considerando um recorte mais específico, que analisa somente o conjunto de matérias que menciona o Fundeb como fonte de financiamento, esse percentual sobe para 11,4% e 28,6%, respectivamente.

Tabela 49 – Manutenção do Fundeb

Menciona a manutenção do Fundeb	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	0,2%	0,4%	0,0%	0,2%
Não	99,8%	99,6%	100,0%	99,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Outra ausência é o debate sobre o *custo aluno-qualidade* (CAQ) ou sobre o *custo aluno-qualidade inicial* (CAQi), citados por 0,2% dos textos.

Tabela 50 – CAQ e CAQi

Menciona o custo aluno-qualidade (CAQ ou CAQi)	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	0,1%	0,5%	0,0%	0,2%
Não	99,9%	99,5%	100,0%	99,8%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Também foram investigados dois aspectos que dizem respeito à *possibilidade de transferência da gestão do ensino público* para organizações sociais ou para o setor privado.

O espaço para esse debate na imprensa foi bastante reduzido no universo de veículos e período analisados, embora algumas iniciativas de transferência de gestão para organizações sociais já sejam observadas em algumas partes do país: somente 0,5% das matérias abordaram o tema, geralmente de forma genérica ou enfocando as parcerias público-privadas (PPPs), na perspectiva de que elas representam um processo de privatização do ensino.

A cobertura sobre a possibilidade ou a transferência efetiva da gestão do ensino público para organizações sociais ficou no mesmo patamar (0,6%) do total.

Tabela 51 – Privatização do ensino

Menciona a privatização do ensino público	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	0,2%	0,9%	1,6%	0,5%
Não	99,8%	99,1%	98,4%	99,5%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Tabela 52 – Gestão de escolas públicas por organizações sociais

Menciona a possibilidade de transferência da gestão de escolas públicas para organizações sociais	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	0,3%	0,5%	2,2%	0,6%
Não	99,7%	99,5%	97,8%	99,4%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Os casos de *corrupção* na área da educação figuraram em 3,9% das notícias. Esse resultado, embora pareça pouco expressivo, vai ao encontro de um noticiário com enfoque voltado para questões da realidade educacional e do cotidiano escolar, como a realização do ENEM, a violência nas escolas e a preparação para o vestibular. Em outras palavras, o noticiário tende a privilegiar o factual.

A discussão mais abrangente sobre políticas públicas e financiamento público, embora esteja presente, naturalmente perde espaço para essa realidade e, com ela, a discussão sobre a má utilização desses recursos. Quando mencionados, os casos de corrupção são diversos, mas muitos estão relacionados aos desvios de recursos para a merenda escolar no Rio de Janeiro e em São Paulo, episódios que foram amplificados pelo movimento de ocupação dos estudantes secundaristas nesses estados.

Tabela 53 – Corrupção

Menciona casos de corrupção que envolvem recursos para a educação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	3,7%	4,7%	2,2%	3,9%
Não	96,3%	95,3%	97,8%	96,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

4.3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As *políticas públicas* e o *financiamento* são aspectos fundamentais no debate sobre educação, especialmente no período analisado, quando estiveram no centro de um movimento importante que provocou mudanças nas regras de disponibilização de recursos públicos para a área.

Políticas públicas e programas específicos para a área da educação foram mencionados em 10,7% das matérias analisadas, com uma leve discrepância entre os jornais e o portal investigado – este com 8,4%, e aqueles variando entre 13,2% e 14,3%. É importante esclarecer que, neste quesito, foram considerados apenas programas estruturados e implementados do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, e não as ações isoladas colocadas em prática por órgãos de governo, sejam elas ligadas ou não a um programa. Essa opção limita o entendimento daquilo que pode ser considerado “política pública”, mas estabelece um critério objetivo e necessário para o monitoramento da mídia.

Tabela 54 – Programas específicos

Menciona programas específicos na área de educação	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	8,4%	14,3%	13,2%	10,7%
Não	91,6%	85,7%	86,8%	89,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias com dimensão mínima média, média e alta.

Fonte: ANDI/UNESCO

Os programas mais mencionados foram:

- Plano Nacional de Educação (PNE)
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
- Bolsa Família
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Universidade para Todos (ProUni)
- Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

Embora o ensino superior não faça parte do escopo da pesquisa, as menções a iniciativas governamentais como o ProUni e o FIES foram consideradas e contabilizadas em função de a pesquisa ter incluído na análise textos sobre o vestibular.

Do total de matérias que mencionam programas ou políticas públicas, 20,3% apresentam indicadores que permitem avaliar o desempenho de ambos. Nesse quesito, as diferenças entre os jornais e o portal são significativas. Enquanto no portal 13,2% dos textos qualificam o debate das políticas públicas com indicadores, nos dois grupos de jornais o percentual sobe para mais de 25%.

Tabela 55 – Indicadores de desempenho dos programas

Menciona indicadores de desempenho dos programas	Portal G1	Jornais nacionais	Jornais regionais	Total
Sim	13,2%	26,8%	25,6%	20,3%
Não	86,8%	73,2%	74,4%	79,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Válido apenas para as matérias que mencionam programas específicos na área de educação.

Fonte: ANDI/UNESCO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a pauta é educação, os resultados aqui apresentados apontam para uma cobertura jornalística marcada, em grande parte, pelo predomínio de temas e questões tradicionais da área, como acesso, infraestrutura, questões docentes e discentes, entre outros temas. Nesse cenário, destaca-se a cobertura sobre o acesso à educação superior, caracterizada pelo grande volume de notícias sobre o ENEM, que se tornou o principal meio de ingresso na educação superior no país.

Esse resultado chama atenção, pois, em 2005, o estudo “A educação na imprensa brasileira”¹⁴ também havia mostrado o espaço dedicado à cobertura do vestibular. Embora os resultados não sejam comparáveis entre si, pois são pesquisas com desenhos amostrais diferentes, destaca-se o fato de que, passada pouco mais de uma década, as notícias sobre educação ainda giram em torno de problemáticas semelhantes.

O foco dado pela cobertura jornalística ao ingresso na educação superior não decorre, simplesmente, de uma escolha ou preferência dos veículos por esse tema. Diferentemente, está relacionado às características e ao funcionamento da educação básica no Brasil, bem como – é possível arriscar – a uma visão sobre a educação que circula na sociedade. Em outras palavras, o ingresso na universidade ainda é encarado como o auge de uma trajetória escolar iniciada na educação infantil – ou seja, circula na sociedade a compreensão de que frequentar a escola e estudar têm como objetivo levar os estudantes aos bancos das faculdades.

Nesse sentido, espera-se que a pauta jornalística acompanhe o interesse social, cumprindo, ao mesmo tempo, uma de suas funções: a de informar a sociedade.

Contudo, a ênfase dada pela cobertura ao ingresso no ensino superior não deixa de ser uma distorção, ao se levar em conta que apenas uma minoria dos jovens e da população em geral atinge esse nível de ensino. Por outro lado, a educação básica apresenta importantes desafios no que diz respeito tanto ao acesso, quanto à qualidade – além de questões relacionadas a violência escolar, sociabilidade, gestão escolar, financiamento, currículo, avaliação, formação e valorização docente e políticas educacionais, entre tantas outras.

Vale dizer que, embora seja amplo o espectro de temas e problemáticas que envolve a cobertura sobre educação, a pesquisa aponta que a pauta jornalística tende a priorizar temas e abordagens convencionais, especialmente aquelas relacionadas à passagem da educação básica para a superior. Enfraquecem-se, assim, as possibilidades de se trazer para o debate público problemáticas fundamentais não apenas para a compreensão dos desafios da educação básica brasileira, mas também para a sua superação. Inclusão, desigualdades, inovações e educação para minorias são questões que tendem a ser abordadas com menos intensidade na pauta jornalística do universo de veículos investigados neste estudo.

14 ANDI. *A educação na imprensa brasileira*. Brasília, 2005. Disponível em: <https://issuu.com/andi_midia/docs/educa__o_na_imprensa>.

Nessa direção, a pesquisa revela que a cobertura das políticas e dos programas anunciados ou implementados entre 2016 e 2017 foi diluída em meio aos diversos temas da educação. Embora o espaço concedido à reforma do ensino médio, à BNCC e à PEC do “teto de gastos” tenha sido significativamente menor do que o destinado ao ENEM, cabe destacar que a cobertura jornalística desses temas mostrou-se equilibrada, trazendo elementos que permitem aos leitores compreender as diferentes perspectivas em jogo.

Também chama atenção o predomínio das fontes oficiais no universo pesquisado, o que aponta para uma cobertura que se assenta mais na visão dos governantes e dos formuladores/gestores de políticas educacionais do que na de outros atores diretamente envolvidos e interessados na educação, como professores e estudantes.

Aqui, um contraponto foi a cobertura das ocupações de escolas por estudantes secundaristas, que incorporou, de maneira significativa, a voz dos jovens envolvidos no movimento – embora não tenha feito o mesmo com os jovens que não se engajaram.

A pesquisa revela também que a grande maioria dos textos analisados não faz referência a elementos de contexto, como legislação, financiamento e políticas públicas, além dos resultados de avaliações. Esse tipo de informação, quando inserido em um texto jornalístico, colabora para aprofundar a compreensão sobre os assuntos abordados, assim como para estabelecer um nexo entre os processos que envolvem a educação.

No que diz respeito ao financiamento, esse é um tema fundamental, especialmente no atual contexto em que são discutidos os efeitos da EC 95, que estabeleceu um limite de gastos para o governo federal, ao mesmo tempo em que persistem desafios quanto ao acesso e à qualidade da educação.

Com relação às avaliações, tal resultado indica a necessidade de um aperfeiçoamento da cobertura, no sentido de se ampliar e qualificar o uso desse tipo de informação, especialmente as avaliações em si, cujos insumos são essenciais para a melhoria das políticas educacionais.

Finalmente, outro ponto que merece atenção no conjunto de resultados é o fato de que, de maneira geral, as matérias investigadas não estabelecem relações entre a educação e outras áreas sociais, como a assistência e a saúde.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

MÍDIA E EDUCAÇÃO

ANDI Comunicação
e Direitos

| J E D U C A |